

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

Fernanda Fontes Arruda

A violência nas *lives* semanais de Jair Bolsonaro

MESTRADO EM LÍNGUA PORTUGUESA

**São Paulo
2023**



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Fernanda Fontes Arruda

A violência nas *lives* semanais de Jair Bolsonaro

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Língua Portuguesa, sob orientação da Profa Dra Neusa Barbosa Bastos

**São Paulo, SP
2023**

FERNANDA FONTES ARRUDA

A VIOLÊNCIA NAS LIVES SEMANAIS DE JAIR BOLSONARO

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Língua Portuguesa sob orientação da Profa Dra Neusa Barbosa Bastos

Aprovada em: ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Dr. Sueli Cristina Marquesi PUC/SP

Dr.Elaine Cristina Prado dos Santos Mackenzie

**Aos meus avós Gerson de Arruda e Alice Rolim Fontes, cuja ausência ainda
pesa em mim**

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001 – processo número: 000000000000.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001 – processo número: 000000000000.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer inicialmente aos meus pais Gerson de Arruda Filho e Solange Fontes de Arruda que tanto me apoiaram em toda a minha jornada, ao meu namorado Evandro Lopes que teve muita paciência com todas as minhas crises e ao meu gato Raskolnikov pelo suporte emocional.

Também gostaria de agradecer a minha orientadora Neusinha, por ter feito essa jornada muito mais afetiva do que eu jamais pensei que poderia ser e a Capes que permitiu que esse sonho fosse financeiramente viável.

RESUMO

Bolsonaro se elegeu presidente em 2018 e se tornou conhecido por declarações arreadas, nas quais ataca minorias, opositores, a imprensa e inclusive a democracia. Enquanto esteve na presidência, habituou-se a fazer *lives* semanais no YouTube, um importante canal de comunicação com os seus apoiadores. O presente estudo justifica-se, uma vez que esse meio de comunicação entre um presidente e seu povo é novo e carrega características próprias, que precisam ser compreendidas. Além disso, ao estudar como a violência se manifesta dentro desse discurso é igualmente possível verificar como ele influencia e é influenciado pelas políticas do governo e na relação entre o político e os seus seguidores. Assim, o objetivo geral consiste em verificar como o discurso da violência se faz presente dentro do discurso do presidente Jair Bolsonaro. Quanto aos objetivos específicos, destacam-se: a) identificar as formações discursivas presentes no discurso de Bolsonaro; b) analisar o papel das marcas de violência na formação do *ethos* de Bolsonaro; e c) relacionar as marcas de violência presentes em seu discurso com as políticas de seu governo. As reflexões aqui levantadas encontram embasamento teórico na Análise do Discurso de linha Francesa e contam com o aporte teórico de Maingueneau (2013), Althusser (1983,1992) e Bahkthin (2018). A pesquisa, de caráter interpretativista, consiste em uma análise de três transmissões veiculadas no canal de Bolsonaro no YouTube e, para tanto, orientou-se pelas seguintes categorias de análise e o *ethos* e as formações ideológicas e discursivas. Os resultados mostram o uso frequente por Bolsonaro da violência como um modo de atacar e desmerecer aqueles que o criticam e também para reforçar as suas políticas pública. Essa violência aparece respaldada por formações discursivas tais como a da eugenia, a da gordofobia e sustenta a construção de um *ethos* de um homem humilde, próximo de seus eleitores, alheio ao discurso da classe política e que enfrenta sozinho perseguição da imprensa e da oposição

Palavras-chave: Análise do discurso. Jair Bolsonaro. Violência.

ABSTRACT

Bolsonaro was elected president in 2018 and became known for his aggressive declarations in which he attacks minorities, opposition, the press, and even democracy. While in office, he used to have weekly lives on YouTube, this being an important mean of communication with his supporters. This study is justified since this form of communication between the president and his people is new and has unique characteristics that need to be understood, furthermore, when studying the violence inside this discourse it is also possible to verify how the discourse of violence is present in President Bolsonaro's speeches and how his speech influences and is influenced by the government's policies and in his relationship with his followers. Our general objective consists in verifying how the discourse of violence is present in President Bolsonaro's speeches and our specific objectives are a) to identify the discursive formations present in Bolsonaro's speeches, b) analyze the role of the violence imprint in the formation of Bolsonaro's *ethos* and c) connect the violence imprints preset in his speech to his government policies.

The thoughts presented here have the theoretical framework based on French Discourse Analysis and the works of Maingueneau (2013), Althusser (1983) and Bahkthin (2018) and have as main categories of analysis the *ethos*, and the ideological and discourse formation.

Key words: Discourse analysis. Jair Bolsonaro. Violence.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1:	89
Figura 2:	89

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1 ANÁLISE DO DISCURSO: CONCEITOS E POSSIBILIDADES.....	13
1.1 A palavra como signo ideológico.....	13
1.2 Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado	16
1.3 O Discurso e suas possibilidades de análise	19
2 AS DIVERSAS FACES DA VIOLÊNCIA.....	30
2.1 A violência.....	30
2.2 Preconceito	34
2.3 Intolerância.....	36
3 BREVE PANORAMA DO BOLSONARISMO.....	42
3.1 Do quartel ao Palácio Presidencial	42
3.2 O confronto como forma de governo.....	45
3.3 Bolsonarismo: sua ideologia e seus heróis	49
4 CORPUS E RESULTADO DA ANÁLISE DO CORPUS.....	52
4.1 Descrição do <i>corpus</i>	52
4.2 Categorias de análise	53
4.3 Corpus e análise do <i>corpus</i>	54
4.3.1 <i>Live I</i>	54
4.3.2 <i>Live II</i>	64
4.3.3 <i>Live III</i>	83
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	97
REFERÊNCIAS.....	99

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa insere-se na linha de pesquisa “Texto e discurso nas modalidades oral e escrita” do Programa de Pós-Graduação em Língua Portuguesa da PUC-SP. Em relação ao tema, abordam-se as marcas de violência no discurso do ex-presidente Jair Bolsonaro em suas *lives* semanais.

Jair Messias Bolsonaro elegeu-se presidente no ano de 2018, em uma eleição polêmica, marcada por um atentado contra a sua vida, escândalos de *fake news*, protestos e sua ausência em grande parte dos debates eleitorais. Já como presidente, Bolsonaro passou a fazer *lives* semanais no YouTube, como forma de manter contato direto com seus eleitores. Nessas transmissões, o político apresentava seu ponto de vista sobre os acontecimentos políticos recentes, uma vez que sua relação com a mídia tradicional não era muito pacífica.

A opção de analisar as referidas *lives* baseou-se na premissa de que, por meio delas, é possível compreender as características da forma não convencional de comunicação entre um político e o seu público. Ademais, pelo fato de elas refletirem a relevância das marcas de violência nessa interação e nas estratégias políticas de seu mandato.

O estudo da violência se justifica, inicialmente, pelo uso frequente que o presidente faz dela, tendo, inclusive, como símbolo de campanha, o gesto de “arminha com a mão”. Vale ressaltar que o discurso da violência sempre reflete a realidade em que o enunciadador está inserido, porém, ao analisá-lo em um presidente, representante máximo de um país, é possível também compreender como se configurava a esfera política da ocasião e como esse discurso se manifesta em suas ações públicas.

Partindo de tais premissas, buscamos, então, responder às seguintes perguntas: Quais são as marcas discursivas presentes no discurso de Bolsonaro que revelam a violência? Como o discurso de Bolsonaro se relaciona com os principais acontecimentos de seu governo?

Desse modo, esta pesquisa tem por objetivo geral verificar como o discurso da violência se faz presente no discurso do presidente Bolsonaro e é recepcionado pelos veículos de informação. Com relação aos objetivos específicos, pretendemos:

- a) Identificar as formações discursivas presentes no discurso de Bolsonaro

- b) Analisar o papel das marcas de violência na formação do ethos de Bolsonaro
- c) Relacionar as marcas de violências presentes em seu discurso com os principais acontecimentos de seu governo

Para cumprir esses objetivos e responder às questões formuladas, lançamos mão de uma pesquisa descritiva teórico-prática, que busca descrever e analisar as marcas de violência nas falas de Bolsonaro. Além disso, ela apresenta caráter bibliográfico, de forma que a análise se baseia em outros autores que já trataram do assunto.

Mais especificamente, valemo-nos de autores como Althusser (1983), Bakhtin (2018) e Maingueneau (2013), que nos fornecem contribuições acerca da Análise do Discurso. No que tange à violência, à intolerância e ao preconceito, utilizamos os estudos de Bueno (2014), Eco (2000), Heritier (2000), Barros (2016), Bobbio (2002), Karnal (2016), Michaud (1989) e Odália (2017).

De acordo com Althusser (1983), a ideologia é uma representação imaginária dos indivíduos com as suas condições reais de existência. Logo, é por meio dela que os sujeitos concretos se constituem como sujeitos e confirmam seu pertencimento ao lugar no mundo que ela mesma afirma.

A Ideologia está intimamente ligada à luta de classes, de modo que, para se perpetuar no poder, a classe dominante precisa também efetuar uma dominação ideológica do povo. Para isso, é necessário dominar os aparelhos ideológicos do Estado, subdivididos em: religiosos, escolares, familiares, jurídicos, político-sindicais, culturais e da informação. A maioria das pessoas aceita pacificamente essa dominação, porém existem as que são contrárias a esse sistema. Para combatê-las, há os aparelhos repressivos do Estado, subdivididos em: prisões, administração, polícia, exército, tribunais e governos.

Por serem plurais, terem seu poder advindo de meios privados e funcionarem pela ideologia, os aparelhos ideológicos do Estado podem ser tanto alvos como lugares de lutas de classe. Portanto, cada nova classe, ao chegar ao poder e dominar os aparelhos repressivos do Estado, procura também dominá-los. Isso nos interessa particularmente, pois, embora Bolsonaro não represente uma nova classe social e nem mesmo tenha total domínio de todos os aparelhos repressivos do Estado, ao chegar ao poder, ele tenta propagar sua ideologia, seja em seu discurso, seja em suas ações políticas.

Em “Marxismo e Filosofia da Linguagem”, Bakhtin (2018) compreende o signo como uma imagem ideológica que representa e substitui algo encontrado fora dela. Assim, ele se dá sempre em relação a outro signo e em um território interindividual, ou seja, quando duas pessoas estão socialmente organizadas.

A palavra é compreendida pelo teórico como um signo ideológico por excelência, uma vez que sua realidade é totalmente absorvida em ser signo. Ela também é neutra, não apresenta esfera ideológica própria, pode ser material da consciência e acompanha outros signos. A existência é refletida e refratada pelo signo, e o que determina a refração é a luta de classes. Dessa forma, o signo está sempre em disputa entre as diferentes classes e perderá sua força se não mais o estiver.

Além disso, o autor critica tanto o objetivismo abstrato que trata a língua como um sistema abstrato quanto o subjetivismo individualista que considera a língua fruto de um psiquismo individual. Isso porque, a seu ver, ela é um acontecimento social de interação discursiva, que não pode ser estudado fora de sua situação concreta.

Para Maingueneau (2013), o discurso vai além da frase e pode ser compreendido como uma forma de ação. Ademais, é sempre orientado, interativo, contextualizado, assumido por um sujeito, regido por normas e considerado no bojo de um interdiscurso.

Dentre os conceitos apresentados por Maingueneau (2013), interessa-nos especialmente o de *ethos*, que consiste na imagem de si mesmo que o orador constrói por meio de seu discurso. Vale ressaltar que ela não é construída apenas por falas explícitas, como “sou isso ou não sou aquilo”, e sim pelo tom utilizado e por indícios textuais, de forma a dar autoridade àquilo que é enunciado e fazer emergir, por meio da leitura, o papel de fiador do que é dito.

A esse fiador são atribuídos um caráter e uma corporalidade. O primeiro corresponde aos traços psicológicos, enquanto a segunda concerne não apenas a uma compleição corporal, mas também a uma maneira de se vestir e de se movimentar nos espaços sociais. Ambos advêm de um conjunto difuso de representações sociais que podem ser valorizadas ou desvalorizadas e podem ser confirmadas ou modificadas por meio da enunciação.

Para a análise da manifestação de violência dentro do discurso, o presente estudo se vale principalmente do conceito de violência descrito na obra de Michaud (1989). Segundo ele, a violência costuma ser compreendida como uma força ou

potência de caráter violento em exercício contra algo ou alguém, porém é qualificada conforme normas que variam muito. Além do mais, o teórico diferencia *atos de violência* de *estados de violência*, sendo que, nos primeiros, a violência é utilizada diretamente contra a integridade de alguém e, nos segundos, ela é promovida de modo menos direto, misturando-se ao poder vigente, como afirma o seguinte trecho:

Pode-se matar, deixar morrer de fome ou favorecer situações de subnutrição. Pode-se fazer desaparecer um adversário ou afastá-lo progressivamente da vida social e política através de uma série de proibições profissionais e administrativas (MICHAUD, 1984, p. 11).

Dessa forma, partindo das contribuições dos estudiosos em questão, selecionamos *lives* do então presidente Jair Bolsonaro a fim de identificar as marcas de violência nelas encontradas. Além disso, tencionamos verificar a importância dessas marcas na comunicação e na estratégia política adotada pelo político.

A opção de ter, como *corpus* de análise, as *lives* semanais de Bolsonaro, dá-se em virtude de elas representarem um mecanismo de comunicação novo, oriundo da era tecnológica, entre alguém que ocupa um cargo político e seus eleitores e governados, o que mostra como as novas mídias têm impactado a forma contemporânea de ser fazer política. Desse modo, selecionamos os vídeos do dia 26 de agosto e de 2, 9 e 16 de setembro de 2021, ou seja, duas *lives* anteriores e duas posteriores ao 7 de setembro, data na qual ocorreu uma manifestação de seus apoiadores em seu favor e contra os outros poderes, em especial o judiciário.

Com o fito de atender aos objetivos aqui apresentados, esta dissertação está dividida em quatro seções. A primeira, nomeada “Análise do Discurso: conceitos e possibilidades”, apresenta os principais conceitos da Análise do Discurso, bem como a teoria aplicada ao trabalho. A segunda, denominada “As diversas faces da violência”, conta com reflexões e definições acerca da violência, do preconceito e da intolerância. A terceira, intitulada “Breve panorama do bolsonarismo”, traça um panorama do contexto político do Brasil, sob o governo de Bolsonaro, em especial acerca da violência. A quarta, cujo título é “*Corpus* e resultado da análise do *corpus*”, consiste na caracterização e no exame das já referidas *lives*. Na sequência, tecemos as considerações finais, seguidas das referências que orientaram o estudo.

1 ANÁLISE DO DISCURSO: CONCEITOS E POSSIBILIDADES

1.1 A palavra como signo ideológico

Para tratar da palavra como material sógnico e ideológico, partimos dos pressupostos de Bakhtin (2018), presentes em “Marxismo e Filosofia da Linguagem”. Nessa perspectiva, a palavra não apenas rege todas as nossas atividades sociais como também a nossa própria consciência individual.

Segundo o teórico, qualquer produto ideológico é parte da realidade natural e social, e também reflete e refrata outra realidade. Sendo assim, tudo o que é ideológico tem significação, ou seja, representa e substitui algo externo, ou seja, um signo.

Entretanto, qualquer corpo físico pode ser percebido como a imagem de algo; por exemplo, um único objeto pode encarnar o ciclo e a necessidade da natureza. Essa imagem artístico simbólica de um objeto físico já é um produto ideológico. O objeto físico é transformado em um signo. Sem deixar de ser uma parte da realidade material, esse objeto, em certa medida, passa a refratar e a refletir outra realidade (BAKHTIN, 2018, p. 92).

É importante considerar que o signo ideológico não consiste em mero reflexo da realidade, e sim em uma parte material dela, uma vez que sempre se dá em algum material, seja no som, na massa física, na cor, entre outros. Desse modo, tanto o signo quanto os efeitos por ele produzidos ocorrem e se processam na experiência externa.

Para o teórico em questão, não se pode considerar a ideologia como fruto da consciência individual, ignorando o seu caráter material e social, já que o material sógnico é criado pelo homem e existe entre indivíduos socialmente organizados, mediando a sua comunicação. Consequentemente, até mesmo a consciência individual pode ser compreendida como um fato social e ideológico, uma vez que se forma e se realiza no material sógnico criado no processo de comunicação social de uma coletividade organizada, conforme podemos verificar no trecho a seguir

A consciência se forma e se realiza no material sógnico criado no processo da comunicação social de uma coletividade organizada. A consciência individual se nutre de signos, cresce a partir deles, reflete em si a sua lógica e as suas leis. A lógica da consciência é a lógica da comunicação ideológica, da interação sógnica de uma coletividade. Se privarmos a consciência do seu conteúdo sógnico ideológico, não sobrará absolutamente nada dela.(BAKHTIN, 2018, p. 97-98)

A palavra é considerada um fenômeno ideológico *par excellence*, visto que sua realidade é totalmente absorvida em ser signo. Trata-se de um signo neutro, utilizado na comunicação cotidiana, que acompanha outros signos, é um material da consciência e não precisa de material extracorporal.

As formas de um signo são condicionadas pela organização social dos indivíduos e pelas condições mais próximas da sua interação, e cada grupo social e gênero discursivo apresenta seu próprio repertório dessas formas. Além disso, elas podem mudar de acordo com as relações de trabalho e o regime sociopolítico. Por conseguinte, não é possível isolar a ideologia da realidade material do signo, o signo das formas concretas de comunicação sociais e a comunicação de suas formas de base material. Como já dissemos, o signo reflete e refrata a existência, e o que determinará essa refração é a luta de classes, de forma que ele se enfraquece a partir do momento em que não é mais alvo de disputa.

A significação, por sua vez, consiste em uma expressão da relação entre o signo, como uma realidade única, e outra realidade, que ele substitui e representa. Por essa razão, não se pode falar de significação sem signo, até porque, ao contrário deste último, ela não é um objeto material. Bakhtin (2018) também assevera que, pela significação, uma palavra se torna palavra e a vivência se torna vivência.

Ademais, a seu ver, o pensamento é regido tanto pelo sistema ideológico quanto pelo seu próprio psiquismo. Todavia, o psiquismo aqui é compreendido como social e ideológico, tal qual os fenômenos ideológicos são tão pessoais quanto os psíquicos, de forma que um não existe e nem pode ser compreendido sem o outro.

O autor também critica duas tendências na filosofia da linguagem em voga naquela época: o subjetivismo individualista e o objetivismo abstrato. O primeiro encarava a língua como fruto do psiquismo individual, porém, segundo afirma o teórico, não se pode afirmar que há uma superioridade do interior sobre o exterior, pois não é a vivência que organiza a expressão, e sim o contrário. Além do mais, o enunciado existe apenas direcionado a um interlocutor, e até mesmo o pensamento utiliza-se de um “auditório social estável” imaginário, baseado inclusive na classe social a que pertence o indivíduo como interlocutor:

O mundo interior e o pensamento de todo indivíduo possuem seu auditório social estável, e nesse ambiente se formam os seus argumentos interiores, motivos interiores, avaliações, etc. Quanto mais culto for um indivíduo, tanto mais o seu auditório se aproximará do auditório médio da criação ideológica,

mas, em todo caso, o interlocutor ideal não é capaz de ultrapassar os limites de uma determinada classe e época (BAKHTIN, 2018, p. 205).

Já o objetivismo abstrato compreendia a língua apenas como uma criação social, tratando-a apenas como um sistema não ideológico feito de formas imutáveis e idênticas. Acerca dessa perspectiva, o autor alega que a mente do falante não considera a língua um sistema de formas normativas e idênticas, uma vez que ele é somente uma abstração e uma reflexão sobre a língua. Na verdade, os utentes compreendem o que é dito a partir da sua significação ideológica, atribuindo-lhe sentido e julgamento.

De fato, a forma linguística é dada ao falante, como acabamos de mostrar, apenas no contexto de certos enunciados e portanto apenas em um determinado contexto ideológico. Na realidade, nunca pronunciamos ou ouvimos palavras, mas ouvimos uma verdade ou mentira, algo bom ou mal, relevante ou irrelevante, agradável ou desagradável e assim por diante. A palavra está sempre repleta de conteúdo e de significação ideológica e cotidiana (BAKHTIN, 2018, p. 181).

Após criticar as duas tendências, o teórico explica a sua própria concepção acerca da realidade efetiva da língua, segundo a qual não é possível entender a comunicação discursiva desvinculada da situação concreta. Isso porque cada situação cotidiana recorrente apresenta sua própria organização do auditório, bem como um determinado repertório de gêneros discursivos; e cada gênero cotidiano se insere em uma via de comunicação social, refletindo sua ideologia.

Bakhtin (2018) também caracteriza a significação e o tema. A primeira corresponde à própria palavra dicionarizada, idêntica cada vez que é repetida, sendo um artefato técnico realizado pelo tema. O segundo, a seu turno, concerne ao sentido de totalidade do enunciado; é único e expressa a situação histórica de produção do enunciado, sendo indivisível e só podendo ser compreendido por meio de uma compreensão ativa.

Sendo assim, ao considerar a palavra um signo ideológico que rege nosso pensamento, é necessário conceituar a ideologia e refletir sobre ela. Para tanto, valemo-nos das contribuições de Althusser (1992).

1.2 Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado

Para tratarmos do conceito de ideologia e da forma como ela se faz fundamental ao funcionamento de uma sociedade, utilizamos a obra “Aparelhos Ideológicos do Estado”, de Althusser (1992). Nela, o teórico afirma que toda formação social deve, ao mesmo tempo que produz, reproduzir as condições de sua produção, incluindo não apenas a dos meios de produção, mas também a das forças produtivas, ou seja, a de trabalhadores obedientes, aptos e qualificados a exercer suas funções.

Enunciando este fato numa linguagem mais científica, diremos que a reprodução da força de trabalho não exige somente uma reprodução de sua qualificação mas ao mesmo tempo uma reprodução de sua submissão às normas da ordem vigente, isto é, uma reprodução da submissão dos operários à ideologia dominante por parte dos operários e uma reprodução da capacidade de perfeito domínio da ideologia dominante por parte dos agentes da exploração e repressão, e de modo a que eles assegurem também “pela palavra” o predomínio da classe dominante (ALTHUSSER, 1992 p. 58).

Essa formação social que visa a reproduzir as condições de sua produção pode ser dividida entre infraestrutura, que corresponde à base econômica, e superestrutura, que se divide entre o jurídico-político e a ideologia. Apesar de a segunda ser mantida pela primeira, tem autonomia relativa e também exerce uma ação de retorno sobre a base.

O Estado, por sua vez, é compreendido como uma máquina de repressão que assegura a dominação das classes privilegiadas sobre as não privilegiadas. Essa dominação é exercida por meio dos aparelhos repressivos do Estado e dos aparelhos ideológicos do Estado. Os primeiros atuam como um corpo único, advêm do poder público e funcionam mais pela violência do que pela ideologia, são eles: as prisões, a polícia, o exército, os tribunais, os governos e a administração.

Já os segundos são plurais, exercidos pelo poder privado, e funcionam mais pela ideologia do que pela violência. Subdividem em: aparelho ideológico religioso, escolar, familiar, jurídico, político, sindical, cultural e de informação. Sempre que uma classe domina os aparelhos repressivos do Estado, passa igualmente a dominar os ideológicos, todavia estes últimos são muito mais difíceis de controlar, e não apenas são alvos da luta de classes, como também lhe servem de palco muitas vezes.

Esta última observação nos permite compreender que os Aparelhos ideológicos do Estado podem não apenas ser os meios mas também o lugar da luta de classes, e frequentemente de formas encarniçadas da luta de

classes. A classe (ou aliança de classes) no poder não dita tão facilmente a lei nos AIE como no aparelho (repressivo) do Estado, não somente porque as antigas classes dominantes podem conservar durante muito tempo fortes posições naqueles, mas porque a resistência das classes exploradas pode encontrar o meio e a ocasião de expressar-se neles, utilizando as contradições existentes ou conquistando pela luta posições de combate (ALTHUSSER, 1992, p.. 71).

Os aparelhos ideológicos do Estado variam conforme o período histórico e a sociedade. Por exemplo, no feudalismo, a Igreja e a família eram os principais, porém, com o avanço da sociedade burguesa, a escola tomou o lugar da Igreja.

A escola é apontada por Althusser (ano?) como principal aparelho ideológico, pois é responsável por recolher as crianças em uma fase de vulnerabilidade e ensiná-lhes a ideologia da classe dominante, a qual irá ditar o seu comportamento em sociedade, bem como os saberes práticos, úteis ao exercerem uma profissão. Além disso, essa instituição abrange todas as classes e, por meio dela, define-se a posição que o sujeito exercerá na sociedade, ou seja, ela irá definir se o sujeito será operário, funcionário médio, intelectual ou chefe:

Mas, por outro lado, e ao mesmo tempo que ensina estas, técnicas e estes conhecimentos, a Escola ensina também as «regras» dos bons costumes, isto é, o comportamento que todo o agente da divisão do trabalho deve observar, segundo o lugar que está destinado a ocupar: regras da moral, da consciência cívica e profissional, o que significa exactamente regras de respeito pela divisão social-técnica do trabalho, pelas regras da ordem estabelecida pela dominação de classe. Ensina também a «bem falar», a «redigir bem», o que significa exactamente (para os futuros capitalistas e para os seus servidores) a “mandar bem”, isto é, (solução ideal) a “falar bem” aos operários, etc. (ALTHUSSER, 1992 p. 21).

Apesar de a escola ser o principal aparelho ideológico do Estado, tal qual outros aparelhos, ela é vista pela sociedade como neutra e sem ideologia, sendo os seus saberes e regras tratados como universais.

A ideologia é compreendida pelo autor como uma representação imaginária dos indivíduos com as suas condições reais de existência, de forma que, por meio dela, os sujeitos concretos assim se constituem e confirmam que pertencem ao lugar no mundo que ela mesma afirma.

Ora, retomo aqui uma tese que já formulei: não são as condições de existência reais, o seu mundo real, que os homens se representam na ideologia, mas é a relação dos homens com estas condições de existência que lhes é representada na "ideologia. É esta relação que está no centro de toda a representação ideológica, portanto imaginária, do mundo real (ALTHUSSER, 1992 p. 81).

Althusser (ano?) afirma que a ideologia não tem história. Para ele, não só a ideologia tem história própria como também é determinada pelas lutas de classes e se apresenta como um sonho na concepção freudiana; logo, é eterna e onipresente. Além disso, representa a relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência.

Segundo o teórico, a ideologia também apresenta existência material, estando sempre presente em um aparelho e em suas práticas e sendo inscrita pelo ser humano nos atos de prática material. Ou seja, os atos são inseridos em práticas reguladas por rituais inscritos no seio da existência material de um aparelho ideológico. Sendo assim, pode-se afirmar que só existe prática *por meio de* e *sob* uma ideologia, e só existe ideologia *através* e *para* o sujeito.

A função da ideologia é constituir indivíduos concretos em sujeitos, ou seja, estes últimos praticam rituais de reconhecimento ideológico que garantem que são, de fato, sujeitos concretos, individuais, inconfundíveis e insubstituíveis. Assim, a ideologia interpela o sujeito de forma que ele confirma que pertence ao lugar no mundo por ela afirmado. Um exemplo dessa relação é o cristianismo, que reconhece a sujeição do sujeito a Deus como o seu lugar no mundo.

A maioria das pessoas se sujeita à ideologia pelos aparelhos ideológicos do Estado e segue suas vidas em paz. Todavia, a fim de combater as que não se enquadram na ideologia dominante e acabam quebrando essa paz, existem os aparelhos repressivos do Estado.

Resultado: envoltos neste quádruplo sistema de interpelação, de submissão ao Sujeito, de reconhecimento universal e de garantia absoluta, os sujeitos “caminham por si mesmos” na imensa maioria dos casos, com exceção dos “maus sujeitos” que provocam a intervenção de um ou outro setor do aparelho (repressivo) do Estado. Mas a imensa maioria dos (bons) sujeitos caminha “por si”, isto é, entregues a ideologia (cujas formas concretas se realizam nos Aparelhos ideológicos do Estado). (ALTHUSSER, 1992 p.103)

Após recapitularmos a teoria de Bakhtin (ano) e Althusser (ano), na próxima subseção, dissertamos sobre os conceitos de discurso, formação discursiva e *ethos*, fundamentais para a nossa análise.

1.3 O Discurso e suas possibilidades de análise

Para conceituarmos o discurso e as categorias de análise utilizadas neste trabalho, valemo-nos das contribuições de Maingueneau (2013), Bastos e Casagrande (2021) e Fiorin (1998).

Bastos e Casagrande (2021) compreendem o discurso como uma prática social de sujeitos inscritos em determinados contextos e que representam papéis acordantes com as posições ocupadas em determinado tempo e local, cujo produto é o texto. Dessa forma, texto e discurso correspondem a conceitos diferentes, de forma que o primeiro é o espaço da subjetividade, e o segundo reflete as condições de produção. Além disso, o discurso não é novo e irrepetível, pois é determinado pelas formações ideológicas e se refere a outros discursos, em um processo de interdiscursividade.

Maingueneau (ano?) compreende que o enunciado não é algo que parte do locutor e chega ao interlocutor, cabendo-lhe apenas decodificar a mensagem passivamente. Para o teórico, todo ato de enunciação é fundamentalmente assimétrico, ou seja, a pessoa que interpreta o enunciado o faz segundo indicações presentes no enunciado, porém é possível reconstruir um sentido diferente do pretendido. Por essa razão, não basta o conhecimento do dicionário e da gramática; é preciso mobilizar saberes diversos para interpretar o que é dito.

Compreender um enunciado não é somente referir-se a uma gramática e a um dicionário, é mobilizar saberes muito diversos, fazer hipóteses, raciocinar, construindo um contexto que não é um dado preestabelecido e estável (MAINGUENEAU, 2013, p..22).

A maioria dos enunciados é portadora de marcas de pessoa e de tempo, porém, muitas vezes, elas não estão explícitas e só poderão ser compreendidas por meio do contexto. Este último não deve ser compreendido necessariamente como o ambiente físico, momento ou local da enunciação; pode se dar também pelo conhecimento de mundo e por aspectos linguísticos.

Ao caracterizar o discurso, Maingueneau (ano?) destacou as seguintes características que o definem:

- a) Encontra-se além da frase, submetendo-se a regras vigentes em um grupo social;

- b) É orientado e concebido por uma perspectiva assumida pelo locutor, desenvolvendo-se no tempo de maneira linear e em função de uma finalidade, dirigindo-se a algum lugar;
- c) É interativo, ou seja, há sempre uma troca real ou virtual com o outro, sendo construído com base na suposição da presença de outra instância de comunicação;
- d) É contextualizado, não existindo sem um contexto e sendo sempre assumido por um sujeito, já que remete a um sujeito que o emite e por ele se responsabiliza;
- e) É regido pelas leis do discurso e considerado no bojo do interdiscurso, adquirindo sentido apenas em um universo de outros discursos e estando sempre relacionado a eles.

Além disso, o teórico conceituou as leis do discurso, os seja, regras que o destinatário supõe que o enunciador utiliza e leva em consideração na hora da interpretação, podendo inferir proposições implícitas quando não se encontra o sentido de forma explícita. Esse implícito evidenciado pelo encontro do enunciado com o contexto é denominado subentendido e se diferencia do pressuposto, que corresponde ao implícito que pode ser encontrado dentro do próprio enunciado

A primeira lei do discurso descrita por Maingueneau é o princípio da colaboração, segundo o qual cada integrante da conversação deve contribuir com ela e estar de acordo com o que impõe o objetivo ou a orientação da troca verbal da qual participam.

Já a lei da pertinência determina que o enunciado deve interessar ao destinatário e fornecer-lhe informações que modifiquem a sua situação. A lei da sinceridade, a seu turno, preconiza que, ao afirmar algo, é preciso garantir sua veracidade, assim como, ao pedir algo, deve-se desejar e acreditar ser possível a sua realização. Essa lei muitas vezes se choca com a lei da polidez, explicada mais adiante.

A lei da informatividade postula que não se fala para não dizer nada, devendo-se oferecer sempre novas informações ao destinatário. A lei da exaustividade assevera que se deve sempre dar a informação máxima, não devendo omitir fatos importantes, tampouco pelo excesso de informação. A lei da modalidade determina que se deve sempre apresentar o máximo de clareza e de economia no enunciado.

Uma lei que merece um destaque é a da polidez ou, mais precisamente, a da preservação das faces tanto positivas quanto negativas. Inicialmente, é necessário compreender que todos têm uma face positiva, que corresponde à forma como queremos ser vistos por nossos semelhantes, e uma negativa que corresponde ao nosso território, nossa liberdade individual e privacidade. Em uma comunicação, ambas as partes buscam um meio-termo entre não ameaçar a face do outro nem a própria, conforme o trecho a seguir:

Visto que uma mesma fala pode ameaçar uma face com o intuito de preservar uma outra, os interlocutores são constantemente levados a buscar um acordo, a negociar. Eles devem efetivamente procurar um meio de preservar suas próprias faces sem ameaçar a de seu parceiro. Desenvolve-se, então, todo um conjunto de estratégias discursivas para encontrar um meio-termo entre essas exigências contraditórias (MAINGUENEAU, 2013, p..42).

São exemplos de falas que ameaçam a face positiva do locutor o pedido de desculpa e a admissão de um erro; já a sua face negativa é ameaçada por uma promessa. Em relação às falas que ameaçam a face positiva do destinatário, podemos citar a crítica e o insulto, enquanto as ordens e perguntas indiscretas ameaçam a sua face negativa.

Maingueneau (2013) frisa que as leis do discurso não são universais e devem se adaptar aos gêneros do discurso, de modo que, em uma peça de teatro, é possível se insultar o público. Contudo, o mesmo não ocorre em uma palestra, por exemplo.

Para que seja possível interpretar um enunciado, faz-se necessário haver uma integração de três competências: a competência comunicativa, que consiste em saber se portar nos diversos gêneros; a competência linguística, que corresponde ao conhecimento da língua; e a competência enciclopédica, que corresponde ao conhecimento de mundo. Ao emitir um texto, imagina-se um leitor-modelo que tem essas competências, podendo consistir em um público generalista ou em um público temático.

Outro conceito que nos interessa é os de gêneros do discurso, isto é, atividades sociais submetidas a um critério de êxito. Eles só aparecem diante de certas condições históricas, tornando possível caracterizar uma sociedade pelos gêneros que ela possibilita. Ademais, pertencem a diversos tipos de discurso associados a setores da atividade social e permitem ao coenunciador antecipar seu conteúdo ao seguir regras conhecidas entre as partes.

Para caracterizar um gênero do discurso, deve-se levar em conta o contrato, o papel e o jogo nele presentes. Por meio do contrato, a interação se torna cooperativa e regida por regras, de modo que ambas as partes conhecem e respeitam as regras do gênero, o autor — sabendo o que falar — e o coenunciador — sabendo o que esperar.

O papel é assumido pelos enunciadores e coenunciadores, que falam de acordo com essa condição. Por fim, o jogo implica as regras que, caso transgredidas, podem colocar o interlocutor para fora do gênero e da situação de interação.

Os gêneros se dividem entre os gêneros instituídos e os conversacionais. Os primeiros dispõem de formato preestabelecido, desempenhando o mesmo papel do começo ao fim, e estão sempre ligados a uma época e um lugar específicos. Já os segundos apresentam composição vaga, cujo formato se modifica continuamente, e ocorrem por meio de estratégias de ajustamento e de negociação entre interlocutores, sendo, portanto, dificilmente categorizáveis

Os gêneros instituídos podem ser subdivididos de diversas formas. Entretanto, neste trabalho, optamos por destacar a subdivisão estabelecida pela relação entre a cena genérica e a cenografia, que vão desde os gêneros extremamente coercitivos e com locutores normalmente substituíveis até os gêneros em que o enunciador não se contenta a se submeter a especificações preestabelecidas pelo gênero, ocorrendo normalmente na literatura.

Ao analisarmos os gêneros do discurso, é importante considerarmos o seu *mídiun*, ou seja, o modo de manifestação material dos discursos, o seu suporte e o seu modo de difusão. Contudo, não se trata apenas de um meio de transmissão discursivo, mas também impõe os usos que dele se pode fazer, de forma que, ao mudar o *médiun*, se muda também o gênero do discurso, pois, ao modificar-se o primeiro, outras transformações cruciais ocorrem na elaboração do segundo.

Dessa maneira, após elaborar uma breve demonstração das mudanças ocorridas nas campanhas políticas com o advento das tecnologias de informação, comparando-as às ocorridas de forma presencial, com as da rádio e da televisão, o autor conclui:

Não podemos dizer que, com esses diferentes mídiuns, estejamos lidando com o mesmo gênero de discurso: as modificações das condições “matérias” da comunicação política transformam radicalmente os “conteúdos” e as maneiras de dizer, a própria natureza do que se chama “discurso político” e “política” (MAINGUENEAU, 2013 p. 83).

Nesta pesquisa, utilizamos também o *ethos* como importante categoria de análise e, para tanto, adotamos o conceito de Maingueneau (ano?). No entanto, conforme esclarece o teórico, esse conceito já apareceu anteriormente em outros autores. De acordo com Maingueneau (2008, p. 13), o primeiro a abordá-lo foi Aristóteles em sua obra “Retórica”, o qual “pretendia apresentar uma *techné* cujo objetivo não é examinar o que é persuasivo para tal ou qual indivíduo, mas para tal ou qual tipo de indivíduos”.

Por meio do *ethos*, pretendia-se causar uma boa impressão pela forma como o discurso é construído, transmitindo uma imagem de si capaz de ganhar a confiança do auditório e, assim, convencê-lo. Para o pensador grego, essa confiança era construída mediante a demonstração de três características: a prudência (*phronesis*), a virtude (*areté*) e a benevolência (*eunoia*). Outros autores também versaram sobre o assunto, como Barthes e Ducrot, porém não nos debruçaremos sobre suas análises. Nossa menção a eles dá-se apenas para ressaltar que, apesar de usarmos o conceito de Maingueneau (ano?), outros autores de relevo versaram sobre o assunto

Segundo Maingueneau (2013), o *ethos* consiste na imagem de si, real ou não, que o enunciador, que também é o fiador do enunciado, mostra ao seu coenunciador por meio de seu discurso, seja de forma explícita — por meio de enunciados que o descrevam, o que chamaremos de *ethos* dito —, seja de forma implícita — por meio do ritmo, entonação e escolha lexical, o que chamaremos de *ethos* mostrado. Entretanto, a fronteira entre os dois não é muito nítida nem definida. Além disso, para o autor, o *ethos* apresenta uma essência discursiva, interativa e híbrida, como podemos melhor compreender no seguinte trecho:

[...] o *ethos* é uma noção discursiva, ele se constrói através do discurso, não é uma “imagem” do locutor exterior a sua fala; – o *ethos* é fundamentalmente um processo interativo de influência sobre o outro; – é uma noção fundamentalmente híbrida (sócio-discursiva), um comportamento socialmente avaliado, que não pode ser apreendido fora de uma situação de comunicação precisa, integrada ela mesma numa determinada conjuntura sócio-histórica. (MAINGUENEAU, 2008 p.17)

A partir de indícios textuais de diversas ordens, o leitor formula a figura do fiador do discurso, atribuindo-lhe um caráter, que corresponde aos traços psicológicos, e uma “corporalidade”, que corresponde a uma compleição corporal, considerando também o modo de se vestir e de se movimentar no espaço social. O caráter e a corporalidade do fiador advêm de representações sociais que podem ser valorizadas

ou desvalorizadas socialmente e se ligam a estereótipos circulantes nos mais variados domínios.

Com efeito, o texto escrito possui, mesmo quando o denega, um tom que dá autoridade ao que é dito. Esse tom permite ao leitor construir uma representação do corpo do enunciado (e não, evidentemente, do corpo do autor efetivo). A leitura faz, então, emergir uma instância subjetiva que desempenha o papel de fiador do que é dito (MAINGUENEAU, 2013, p.107).

O *ethos* desempenha importante papel na transmissão das ideias mediante o discurso, uma vez que elas são apresentadas por meio de uma “maneira de dizer” que, por sua vez, remete a uma “maneira de ser”. O poder de persuasão de um discurso está intimamente ligado à possibilidade de levar o coenunciador a se identificar com a movimentação de um corpo investido de valores socialmente especificados. Dessa forma, é por meio de sua fala que o fiador confere a si uma imagem compatível com o mundo por ele construído em seu enunciado, de modo que o que legitima sua maneira de enunciar é justamente o seu próprio enunciado.

O *ethos* também exerce uma ação sobre o coenunciador, denominada *incorporação*. Ela opera em três registros indissociáveis:

A enunciação leva o coenunciador a conferir um *ethos* ao seu fiador, ela lhe dá um corpo.
 O coenunciador incorpora, assimila, desse modo, um conjunto de esquemas que definem para um dado sujeito, pela maneira de controlar seu corpo, de habitá-lo, uma forma específica de se inscrever no mundo;
 Essas duas primeiras incorporações permitem a constituição de um corpo, o da comunidade imaginária dos que comungam na adesão a um mesmo discurso (MAINGUENEAU, 2013, p.109).

A imagem do fiador demanda sua inserção em um mundo ético que, ativado pela leitura, subentende toda uma série de situações estereotipadas, ligadas a comportamentos e lugares pré-concebidos. Logo, podemos pensar no mundo ético das celebridades, dos artistas, dos executivos, entre outros, como se pode ver no próximo exemplo:

O mundo ético das estrelas de cinema, por exemplo, inclui cenas como a subida dos degraus do palácio do Festival de Cannes, seções de filmagem, entrevistas à imprensa, seções de maquiagem etc. No domínio da música, vemos que a simples participação de um cantor num videoclipe tem como efeito inserir o fiador num mundo ético peculiar (MAINGUENEAU, 2008 p.18)

Conforme assevera Maingueneau (2008), é impossível desvencilhar o *ethos* de sua enunciação. Contudo, deve-se igualmente considerar a existência de um *ethos*

pré-discursivo, ou seja, da antecipação do enunciador, que já faz uma representação do enunciador antes que ele enuncie. Como resultado da imbricação entre o *ethos* discursivo, seja dito ou mostrado, e o pré-discursivo, temos o *ethos* efetivo. Ele se dá em associação com a circulação de estereótipos em determinada cultura e em determinado momento histórico.

O *ethos* se elabora de forma complexa, mobilizando a afetividade do intérprete, que consegue suas informações por meio do material linguístico e do ambiente. Na elaboração do *ethos*, há uma integração de fenômenos bem diversos e, por conseguinte, o intérprete se apoia em diversos fatores, tais como: a escolha do registro da língua e do vocabulário, o ritmo do texto, o planejamento do texto e a modulação.

Ademais, o *ethos* mobiliza o verbal e o não verbal, provocando no destinatário efeitos multissensórias. Por essa razão, é importante que o analista decida se pautará sua análise apenas nas palavras ou se irá integrá-la a outros aspectos, por exemplo, a roupa do locutor, os gestos e todo o quadro da comunicação

Do mesmo modo, deve-se considerar que nem sempre o *ethos* visado e o produzido coincidem, ou seja, muitas vezes, o interlocutor pretende criar um *ethos* para si (*ethos* visado), mas acaba sendo compreendido de forma diferente pelo seu coenunciador. Vejamos o exemplo dado por Maingueneau (2008, p. 16): “um professor que queira passar uma imagem de sério pode ser percebido como monótono; um político que queira suscitar a imagem de um indivíduo aberto e simpático pode ser percebido como um demagogo”.

Em nosso trabalho, também se faz necessário compreender o conceito de formação ideológica. Fiorin (1998) a compreende como um conjunto de ideias e representações que determinam a forma como uma classe social vê o mundo. Como não há ideia fora da linguagem, cada formação ideológica corresponde a uma formação discursiva que, a seu turno, é um conjunto de temas e de figuras que materializam uma visão de mundo. Dessa forma, enquanto as formações discursivas controlam o que dizer, as formações ideológicas determinam o que pensar.

Além disso, é importante ressaltar que, tal qual a ideologia dominante é a das classes dominantes, o discurso dominante também será o delas.

Essa formação discursiva é ensinada a cada um dos membros de uma sociedade ao longo do processo de aprendizagem linguística. É com essa formação discursiva assimilada que o homem constrói os seus discursos, que ele reage linguisticamente aos acontecimentos. Por isso, o discurso é mais o lugar da reprodução que o da criação (FIORIN, 1998, p. 32).

Para Foucault (1987), as formações discursivas correspondem a um conjunto de regras históricas, determinadas no tempo e no espaço, e anônimas, que definem aquilo que o sujeito pode dizer, refletindo suas marcas ideológicas, concebidas como um sistema de restrições invisível e transversal às unidades tópicas. Em suma, as formações discursivas remetem ao que já foi dito, reorganizando os elementos discursivos e redefinindo a linguagem e os seus sentidos

Maingueneau (2017) afirma que toda enunciação é habitada por diferentes discursos, por meio dos quais ela se constrói. Assim, não basta ao analista do discurso desenvolver abordagens que somente se apoiam nas fronteiras do discurso, mas também naquelas que as subverte.

Todavia, ao tratar de formação discursiva, nem sempre é necessário postular que há um único motor secreto responsável por animar o conjunto de enunciados do *corpus*. Dito de outro modo, é possível partir do postulado de que a formação discursiva é heterogênea ou até mesmo contraditória, sem remeter a um desígnio oculto. No entanto, escolher a abordagem — seja remeter a um foco único ou heterogêneo — condicionará toda a pesquisa, alterando a constituição do *corpus*, a interpretação dos resultados e o método de análise.

Maingueneau (2017) afirma que uma maneira de construir uma formação discursiva é organizá-la a partir de um tema, e não de uma instância criadora. Esses temas normalmente tomam forma de uma expressão nominal antecedida de um artigo, por exemplo, “a droga”, “a eutanásia”, “a guerra no Afeganistão”. De todo modo, ao pesquisador do discurso não interessa estudar o referente correspondente em si, mas os enunciados que dele falam.

A natureza desses temas pode variar bastante, porém as categorias mais correntemente utilizadas são: as entidades, os cenários, as propriedades, os acontecimentos e os nós.

a) As entidades:

Uma formação discursiva construída a partir de uma entidade centra-se em humanos, em entidades com características antropomórficas (instituições como partidos políticos e exército), em um momento (Idade Média, *Belle Époque*) ou em um

lugar (cidade, monumento). Entretanto, deve-se tomar cuidado porque nem sempre tais categorias estão bem delineadas

Normalmente essas entidades são objetos de vários estudos que procuram compreender a sua imagem e representação. Apesar disso, ao analista do discurso, não basta estudá-las; deve apreendê-las por meio de funcionamentos discursivos, e não como a expressão de uma realidade acima da linguagem.

As entidades humanas podem corresponder tanto a um único indivíduo possuidor de um nome famoso, a exemplo da princesa Diana, quanto a um membro prototípico de uma classe, o que se pode chamar de *figura*, como é o caso dos cangaceiros, do guerrilheiro e do jovem. Elas mobilizam uma grande diversidade de materiais discursivos, inclusive de diversos gêneros.

b) Os acontecimentos:

Os acontecimentos são representados normalmente pela mídia, mediante expressões nominais como “o caso X”, “os acontecimentos de Y” e “a catástrofe de Z”. Algumas vezes, recaem sobre uma pessoa (“o caso Dreyfus”) ou uma ação coletiva (“a tomada da Bastilha”).

Todavia, o autor alerta que a relação entre a importância de um evento e a produção discursiva sobre ele nem sempre é proporcional, conforme verificamos no próximo excerto:

É preciso, entretanto, não ser vítima de uma ilusão: considera-se normalmente que a produção discursiva intensa suscitada por um acontecimento é justificada por sua importância. Mas, frequentemente, esse acontecimento só é importante porque as mídias falam dele (MAINGUENEAU, 2017, p..89-90).

Ademais, nem todo acontecimento é estudado em termos de formação discursiva de unidade não tópica. Por exemplo, caso se estudem somente as publicações sobre o acontecimento em determinado veículo de comunicação e em determinado espaço e tempo, não se pode falar de formação discursiva, uma vez que esse estudo é triplamente estabilizado pelas práticas dos jornalistas, pelo gênero do discurso e por um posicionamento.

c) Os cenários:

Os cenários correspondem a uma associação entre actantes e uma atividade estendida sobre certa duração. Para exemplificar o conceito, o teórico se vale dos

seguintes casos: “a ameaça islâmica”, “a política de austeridade” e o “complô franco-maçom” (MAINGUENEAU, 2017, p.?).

d) Os nós:

Os nós se definem por um tema que constitui um assunto de debate recorrente em determinada comunidade. Subdividem-se em duas categorias: as *questões* e os *problemas*. As primeiras tomam forma de alternativas ou de debates, como nos seguintes exemplos: “Deve-se descriminalizar a maconha?” “É preciso controlar os preços?” ou “O debate quanto a descriminalização da maconha”. Já as segundas não se reduzem à alternativa, tal qual em: “O problema das periferias” ou “A crise de alteridade. Os problemas, muitas vezes, se confundem com os cenários, mas se diferenciam deles, uma vez que focalizam a situação, e não os actantes.

Além das formações discursivas temáticas, Maingueneau (ano?) apresenta outras abordagens, como é o caso das focadas em temas-chave e nas formações discursivas plurifocais. Ambas, apesar de não serem tão estudadas, configuram-se como novas possibilidades para a análise do discurso, dando, inclusive, grande importância a autonomia do pesquisador.

a) Temas-chave

O estudo de um tema-chave permite o acesso a um fenômeno importante; vai além das aparências e revela uma realidade pouco visível. A exploração dos temas-chave possui uma natural afinidade às abordagens de intenção crítica.

b) Formações discursivas plurifocais:

Todos esses casos correspondem ao que se chama de formações discursivas unifocais, ou seja, organizadas ao redor de um único foco. Entretanto, existe também a possibilidade de estudar formações discursivas plurifocais, ou seja, que comportam mais de um foco. Nesse caso, deve-se tomar cuidado, pois integrar diversos conjuntos textuais a uma formação discursiva plurifocal não significa simplesmente agrupar enunciados advindos de discursos diferentes. Isso porque considerar que há um princípio único regendo essa diversidade é permanecer na lógica da formação discursiva unifocal.

O estudo das formações discursivas plurifocais ainda é minoritário na pesquisa em Análise do Discurso, porém a sua possibilidade é um importante aspecto, que torna o papel do analista do discurso tão amplo e complexo quanto se pode perceber no fragmento a seguir:

Mas o próprio fato de ser possível construir tais formações discursivas lava ao extremo a lógica que subjaz à noção de unidade não tópica: é o pesquisador que, em função de suas hipóteses, dá forma à configuração de textos sobre o qual vai trabalhar. Ele não se contenta em representar unidades que, direta ou indiretamente, já estão dadas, mas agencia dispositivos de observação inéditos (MAINGUENEAU, 2017,p.93).

Já o interdiscurso é compreendido por Bastos e Casagrande (2021) como a memória discursiva. Mais especificamente, por tudo aquilo que foi anteriormente dito e apagado da memória, mas que, ainda assim, se integra ao nosso conhecimento de mundo, influenciando e integrando o discurso

O interdiscurso é a nossa memória discursiva que pode ser definida como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. É o nosso saber discursivo que torna possível todo o dizer e que retorna sob a forma dos pré-construídos, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra. O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada (BASTOS; CASAGRANDE, 2021, p.7).

O estudo do interdiscurso não se limita a uma única formação discursiva, mas na interseção de diferentes formações discursivas. Dessa forma, pode-se dizer que a interdiscursividade é constituída de todo discurso, pois todo discurso se origina em outros.

Após esse breve panorama sobre a Análise de Discurso, no qual discutimos o conceito de ideologia, a palavra como signo ideológico e o significado de discurso, bem como os conceitos de *ethos*, interdiscurso, formação discursiva e gêneros discursivos, na próxima seção, apresentamos conceitos e reflexões acerca da violência, do preconceito e da intolerância

2 AS DIVERSAS FACES DA VIOLÊNCIA

2.1 A violência

Considerando-se que, neste trabalho, pretendemos analisar a violência presente no discurso de Jair Bolsonaro, faz-se necessário conceituá-la. Para tanto, valemo-nos sobretudo das obras de Michaud (1989) e Odália (2017).

Ao procurar em diferentes dicionários de francês contemporâneos, Michaud (1989) se deparou com duas definições diferentes para a palavra violência. A primeira designa uma ação ou um fato que perturba e questiona a paz, opondo-se a ela. Já a segunda consiste em uma maneira de ser de uma força, sentimento ou elemento natural; uma força que brutalmente passa da medida e desrespeita as regras.

Ao estudar a etimologia da palavra, o autor verificou que ela deriva do substantivo *violentia* e do verbo *violare*, termos que provavelmente se referem a *vis*, cujo significado remete a *força, vigor, potência, violência, emprego de força física*, e também a *quantidade, abundância, essência ou caráter essencial de uma coisa*. A partir disso, concluiu que, no âmago da noção de violência, está a ideia de uma potência natural ou força que, em exercício contra algo ou alguém, torna o caráter violento.

Michaud (1989) também ressalta a dificuldade de definir objetivamente o termo, visto que está carregado de fatores subjetivos e só assumirá a qualificação de violência em função de normas definidas que variam de sociedade para sociedade, ou seja, o que é considerado violência para uma, pode não ser para outra. Desse modo, em sua busca, o pesquisador levou em conta os seguintes aspectos:

- a) O caráter complexo das situações de interação, de forma a contemplar tanto a violência de um contra um quanto a originada de múltiplos atores ou máquinas administradas e que, assim, acaba por ter a responsabilidade diluída. Exemplo dessa situação são os campos de concentração nazistas e soviéticos.
- b) As diversas modalidades de produção de violência, devendo-se considerar que o advento da tecnologia permitiu a produção de meios indiretos e mais “limpos” de produzi-la.
- c) A distribuição temporal da violência, podendo ser ministrada de uma vez ou gradualmente. Nesse quesito, salienta-se a distinção entre estados e

atos de violência, que muito nos interessa no presente estudo e foi exemplificada da seguinte maneira:

Pode-se matar, deixar morrer de fome ou favorecer situações de subnutrição. Pode-se fazer desaparecer um adversário ou afastá-lo progressivamente da vida social e política através de uma série de proibições profissionais e administrativas (MICHAUD, 1989, p.11).

Isso posto, podemos compreender os atos de violência como aqueles que são praticados em uma única vez, enquanto os estados de violência ocorrem de forma gradual e são difíceis de serem localizados, por se darem em uma situação de dominação que abrange todas as instâncias da vida social e política; conseqüentemente, são pouco localizáveis.

- d) Os diferentes tipos de danos que podem ser impostos, podendo ser morais, psíquicos, aos bens, aos próximos e aos laços culturais, além dos físicos, de maior ou menor gravidade.

Considerando esses aspectos, o teórico chegou à seguinte definição:

Há violência quando, numa situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou várias pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais (MICHAUD, 1989, p 10-11).

Ademais, a violência sempre está relacionada ao imprevisível, à ausência de formas e à transgressão, de modo a se afastar das normas e das regras que governam as situações consideradas normais, naturais ou legais, e romper com a estabilidade e a regularidade para, então, introduzir o caos, a imprevisibilidade e a incerteza. Como está ligada intimamente à ideia de transgressão da norma, pode carregar valores positivos ou negativos, que variam conforme o grupo social e os valores que lhes são sagrados.

A mídia demonstra grande interesse na violência, pois representa um acontecimento que rompe com a normalidade. Apresenta-se, portanto, como algo sensacional e com grande potencial de atrair os expectadores. Essa exploração midiática da violência acaba por gerar um forte sentimento de insegurança na população, causado mais pela sua divulgação do que pela sua real existência. Do mesmo modo, é comum que os expectadores sintam que estão tendo contato efetivo com a violência ocorrida, esquecendo-se de que a mídia tem o poder de suprimir e modificar os fatos.

Ao explorar a violência, a mídia também acaba por banalizá-la, tornando-a muito irreal para o público, conforme se observa neste fragmento:

A realidade da violência não é estética: as fotografias do local de um atentado dão uma pálida ideia da náusea provocada por restos humanos despedaçados e pelo sangue em poças ou salpicado nas paredes. A fraqueza das imagens se deve a várias razões: à censura corrente que descarta os documentos mais insustentáveis, à perda de definição resultante da reprodução mecânica, à estilização que encena artisticamente as imagens e as transforma em clichês, à banalização induzida pela repetição. Em função disso, as imagens da violência apresentam desta uma versão edulcorada: violência em papel brilhante, violência com celofane. Se é verdade que a experiência contemporânea da violência passa pelas imagens, tal experiência só pode ser suavizada e banalizada (MICHAUD, 1989, p.60)

Embora existam explosões de raiva cega, a violência pode se submeter à racionalização e ao cálculo. Em outras palavras, é possível usá-la, muitas vezes, como instrumento para se atingir um fim determinado, sendo julgada conforme a sua eficiência. Esse uso sistemático pode, por vezes, originar uma forma de governo. A fim de exemplificar, o autor destaca duas formas extremas que se notabilizaram no século XXI: o terrorismo do Estado, como as ditaduras do Chile e do Brasil, e o Estado totalitário como o nazismo e o stalinismo.

Todavia, esse uso da violência não é exclusivo de casos extremos, sempre relacionados a política. A análise política clássica, por exemplo, considera que os Estados estão sempre em guerra virtual entre si, enquanto, na política interna, a autoridade dispõe do monopólio da violência legítima, para impor uma solução pacífica aos conflitos. Segundo o teórico, atualmente, há um clima de “guerra fria” tanto nas relações internas quanto externas. Por conseguinte, as ameaças e as negociações ganham destaque, apesar de atos violentos eclodirem por vezes. Michaud (1989) denominou essa situação de *estratégia da violência* e a descreveu desta maneira:

Violência e ameaça se apoiam mutuamente: trata-se de manifestar suas intenções e de afirmar ao seu adversário a credibilidade delas. Isto posto, os adversários não estão sozinhos em cena: eles têm de contar com espectadores cujo apoio ou hostilidade são importantes (MICHAUD, 1989, p.?).

Nessa forma de confronto, a violência é graduada e controlada, uma vez que cada adversário tenta coagir o outro a ações indesejadas, de modo que é importante existir uma comunicação entre as duas partes, e ambas devem atribuir-se racionalidade suficiente para interpretar os seus movimentos. Essa estratégia

costuma ter duas consequências: ou o conflito é levado a uma escalada considerável, ou os adversários chegam a um consenso quanto aos limites que não devem ultrapassar.

Dessa forma, a violência pode receber diversas valorações, podendo ser admitida, ajeitada, proibida, encorajada ou ignorada, conforme os interesses da sociedade. Ao ser racionalizada, ela também passa a se tornar banal e comum na sociedade, sendo colocada numa escala considerável.

Odália (2017) afirma que a violência se encontra tão arraigada ao homem moderno, a ponto de este último agir e pensar em função dela não de forma circunstancial, e sim como um modo de ver e viver o mundo, impactando inclusive a paisagem e a arquitetura urbana. Partindo de tal premissa, o autor indaga se a violência se tornou um elemento estrutural de nossa sociedade contemporânea, que a diferencia, em seu estilo de vida, da de séculos anteriores.

Em contrapartida, o pesquisador aponta que a violência sempre se fez presente na sociedade humana, bem como constata que a capacidade de produzir violência numa escalada desconhecida por outros animais garantiu ao ser humano as condições básicas de sobrevivência. No entanto, ocorre que a violência adquire contornos diferentes, consoante à sociedade em que se vive, não sendo exercida como mera defesa da sobrevivência, mas delineada diferentemente e recoberta de formas sutis. Com isso, decorre da maneira pela qual o ser humano cria o seu processo civilizatório.

O ato violento não traz em si uma etiqueta que assim o identifique. Até mesmo suas expressões mais óbvias, como a agressão física e o assassinato, envolvem diversas sutilezas e mediações que, em muitos casos, podem ser aceitas pela sociedade e desconsiderados como violentos. Ademais, muitas práticas violentas são encobertas por razões, costumes, leis implícitas e explícitas e tradições que dificultam a compreensão de seu caráter. Por exemplo, a violência intrínseca da institucionalização da miséria, do sofrimento, da dor, da indiferença pelo outro, da ignorância, do não saber sobre si e sobre sua sociedade não advém da genuína maldade humana. Pelo contrário, origina-se da estrutura de uma sociedade que valoriza a competição e não prepara o ser humano para ver o seu semelhante como outra coisa além de um concorrente ou presa a ser devorada.

Nas próximas subseções, tratamos do preconceito e da intolerância, que, com base no conceito de estado de violência, postulado por Michaud (1989), devem ser levados em conta.

2.2 Preconceito

Para trabalhar o preconceito, tópico que igualmente nos interessa averiguar nos discursos de Bolsonaro, uma vez que se liga à violência, valemo-nos de Bobbio (2002), Karnal (2016) e Bueno (2014)

Para Bobbio (2002), o preconceito é uma opinião, um conjunto de opiniões ou até mesmo uma doutrina que, ao ser acolhida de forma acrítica por uma autoridade, tradição ou costume, ganha tanta força que resiste a qualquer refutação racional. Logo, caracteriza-se como uma crença que foge à racionalidade.

Embora consista sempre em uma opinião errônea, nem toda opinião errônea é um preconceito. Isso porque um erro comum, que não envolve preconceito, pode ser facilmente corrigido por meio da razão e da experiência. Já o preconceito resiste às explicações racionais, pois a opinião falsa na qual se crê corresponde aos desejos, mobiliza paixões e serve aos interesses da pessoa preconceituosa. Sendo assim, o preconceito se enraíza com muito mais facilidade naqueles que já estão favoravelmente dispostos a acatá-lo.

O autor em questão divide os preconceitos em individuais e coletivos. Os primeiros correspondem às pequenas superstições, e Bobbio (2002) opta por não discorrer sobre elas. Os segundos, por sua vez, são os compartilhados por um grupo social inteiro e se dirigem a outro. Sua periculosidade depende do fato de que muitos conflitos entre grupos, que podem inclusive terminar em violência, derivam de uma forma distorcida pela qual ambos se enxergam, gerando incompreensão, rivalidade, inimizade, escárnio e desprezo. Nesse caso, muitas vezes, o preconceito entre os grupos é recíproco e será mais forte, à medida que a identificação dos indivíduos com o grupo a que pertencem for mais intensa. Isso porque, ao se identificar com o próprio grupo, o indivíduo passa a ver o outro como diverso e hostil

Do preconceito coletivo, o autor destaca o existente entre nações e entre classes. Toda nação traz consigo uma ideia persistente, tenaz e dificilmente modificável da própria identidade, que se presume diversa de todas as outras. Dessa forma, cada nação se vê sob um estereótipo positivo e as outras, sob um negativo. Já o preconceito de classe é apontado como um fator que gera os conflitos de classe, mas que não pode ser considerado o único, uma vez que a disputa entre aqueles que têm e aqueles que não têm é o principal fator.

Segundo Karnal (2016), o preconceito pode ser considerado universal, de modo que não há um único grupo profissional, étnico, etário etc. sobre o qual não exista um discurso ou prática preconceituosos, manifestados por meio de frases, piadas, pinturas, ações violentas ou até mesmo genocídio. Além do mais, o preconceito assemelha-se a uma forma de existir no mundo, uma zona de conforto na qual se pode distinguir aliados de inimigos. Por conseguinte, pedir a alguém que abandone o seu preconceito é também pedir que deixe de ser o que é ou aquilo que imaginou ser até então. Não é à toa que a resposta do preconceituoso a esse tipo de crítica venha a ser exaltada, pois, em sua visão, defender o seu preconceito é uma questão de sobrevivência dele e do mundo como era até então. Isso fica bem ilustrado no seguinte trecho, no qual o autor compara o preconceito a uma teia de aranha:

Mas o preconceito é uma teia de aranha, também. Nós somos as aranhas que tecemos os fios e sobre eles andamos. A detração é o fio do preconceito. O preconceito é um lar, um suporte, uma forma de sobreviver e uma linguagem. O preconceito é uma zona de conforto de onde posso distinguir irmãs aranhas dos outros predadores. A teia do preconceito é um local para viver e acasalar, matar e procriar. Sem a teia, as aranhas teriam de refletir sobre sua existência e seu propósito. Talvez sentissem que não poderiam mais existir. Talvez se questionassem mais (KARNAL, 2016, p.. 93).

Ainda de acordo com o estudioso em questão, ter um preconceito é como ter uma falha de visão e seguir um procedimento não científico, já que, conforme a própria palavra explica, corresponde a uma opinião que não advém do conhecimento, e sim de um conceito preconcebido. Do mesmo modo, trata-se de uma demonstração de medo, de forma que o alvo do ódio é igualmente um alvo de medo. O preconceituoso sempre supõe o outro como alguém com força o suficiente para acabar com o seu mundo.

Apesar de seu caráter negativo, o preconceito se mostrou um relevante mecanismo dos primeiros grupos de seres humanos para se defenderem e garantirem a sobrevivência. Consequentemente, é muito provável que os indivíduos mais desconfiados e preconceituosos sejam aqueles que obtiveram maior êxito em sobreviver. Essa situação se torna mais clara no fragmento a seguir:

Houve muitas estratégias. Andar em bandos foi a mais natural. O coletivo dava força e protegia. Um grupo de caçadores e guerreiros fortalecia o êxito. Nascemos gregários, mas acima de tudo, sobrevivemos também pelo bando. A principal lição do bando primitivo foi que havia menos perigo em gente do meu bando do que em gente do grupo rival. A tribo concorrente, ou o simplesmente diferente, era o desafio, a insegurança e o risco. Confie nos

iguais e desconfie dos diferentes: talvez tenha sido esse o primeiro processo cultural relevante que desenvolvemos (KARNAL, 2016, p.96).

Para Bueno (2014), o preconceituoso se baseia em um crer-saber (equivocado), que orienta o seu fazer-interpretativo, construindo uma imagem negativa do outro e colocando-o como inferior. Esse sujeito acredita em seu ponto de vista e apresenta forte apego aos valores de seu próprio grupo, porém não reconhece essa mesma possibilidade à alteridade que dele diverge.

Ademais, o preconceito é condição primeira para o surgimento e a organização da intolerância. Entretanto, dela se diferencia, visto que tem uma ação claramente realizada contra a alteridade. Sendo assim, caracteriza-se por um desejo malevolente do outro, mas sem colocá-lo em prática, pois, dessa maneira, passaria a ser definido como intolerância, foco da próxima subseção.

2.3 Intolerância

A fim de discutir este último conceito, partimos das contribuições de Bueno (2014), Eco (2000), Heritier (2000) e Barros (2016)

Segundo Bueno (2014), a história da humanidade é permeada pela intolerância, fazendo-se presente, inclusive, nos principais conflitos da atualidade, como a perseguição dos palestinos e dos tibetanos, e no nosso cotidiano por meio de manifestações como as de racismo, xenofobia e perseguição religiosa.

Como a todas essas situações é a necessidade de um grupo excluir outro, seja segregando ou tentando eliminar a sua existência. As justificativas são igualmente semelhantes: defender o próprio povo e território, melhorar a humanidade, manter uma ideia de pureza e unidade e suprimir toda existência que, por alguma razão, incomoda ou supostamente ameaça os intolerantes. Todos esses elementos, segundo de acordo com a autora, surgem do contato entre duas subjetividades em que uma não reconhece o estatuto e o direito da outra, colocando-a em posição subalterna.

Seguindo autores como Eco (2000) e Heritier (2000), a pesquisadora divide a intolerância em selvagem, moderada e branda. A selvagem nasce de impulsos elementares sem nenhuma doutrina e procura eliminar a existência da alteridade da forma mais rápida possível. A moderada, por sua vez, baseia-se em determinada doutrina e se manifesta por meio da exclusão. Por fim, a branda é aquela em que o

sujeito intolerante rejeita apenas algumas presenças da alteridade e, por isso, opta por segregá-la.

Ao tratar do tema, em especial da intolerância selvagem, Eco (ano) começa por diferenciá-la das baseadas em uma doutrina, como é o caso do fundamentalismo e do integrismo. Mostra, portanto, que questão da intolerância é muito mais profunda e perigosa do que se retrata.

Para esse teórico, o fundamentalismo é um princípio hermenêutico ligado a uma interpretação literal de um texto sagrado, recusando-se, de forma intolerante, toda interpretação alegórica e as ciências que contradigam essa crença. Para exemplificar, vale-se dos ambientes protestantes surgidos nos Estados Unidos e da forma como se opõem a estudos, como o darwinismo, que contestam a interpretação literal bíblica do surgimento da humanidade. Quanto ao integrismo, ele corresponde a uma posição religiosa e política que pretende instituir princípios ligados a determinada religião como modelo de vida política e fonte das leis do Estado.

Embora integrismo e fundamentalismo sejam normalmente relacionados, é possível que exista um sem o outro, ou seja, um grupo fundamentalista pode seguir determinada hermenêutica de um texto sagrado literal sem propor que ela se torne um modelo de vida política para toda a sociedade. Do mesmo modo, é possível que um grupo integrista pretenda que toda a sociedade siga sua doutrina religiosa sem que ela seja literal. Além do mais, nem sempre o integrismo está ligado unicamente à esfera da religião, como é o caso do racismo nazista, que estava pautado em uma doutrina supostamente científica, embora não o fosse de fato.

Eco (2000) ainda afirma que não se pode reduzir a questão da intolerância a esses casos, pois ela é muito mais complexa e profunda do que tais manifestações, como podemos ler no próximo excerto:

Fundamentalismo, integrismo, racismo pseudocientífico são posições que pressupõem uma doutrina. A intolerância coloca-se antes de qualquer doutrina. Nesse sentido a intolerância tem raízes biológicas, manifesta-se entre os animais como territorialidade, baseia-se em relações emocionais, muitas vezes superficiais (ECO, 2000, p. 42.)

Dessa forma, a criança é naturalmente intolerante com relação ao diferente e ao desconhecido, sendo a educação responsável por torná-la tolerante. Para tanto, ela deve ser contínua, uma vez que o trauma da diferença se faz presente também na fase adulta. Na visão do autor, os estudiosos se ocupam muito da intolerância pautada

em doutrinas, mas não dessa intolerância, por ele denominada selvagem, que, sendo anterior à doutrina, escapa da definição e da abordagem crítica.

A intolerância selvagem é, portanto, a mais perigosa, pois, por ser mais difícil de contestar, é igualmente responsável pelo surgimento da intolerância doutrinária, tal qual se pode verificar no seguinte fragmento, que trata da intolerância às bruxas encontrada na obra “O martelo das feiticeiras” (*Malleus Maleficarum*), em plena era moderna.

Não pretendo explicar aqui por que o mundo moderno produziu justificativas teóricas para a caça às bruxas. Quero apenas recordar que essa doutrina conseguiu se impor porque já existia uma desconfiança popular em relação às bruxas.[...] Mas sem essas crenças populares, uma doutrina da bruxaria e uma prática sistemática da perseguição não teriam condições de difundir-se. (ECO, 2000, p.43-44)

Situação semelhante o teórico revela ao analisar o papel da intolerância selvagem no holocausto, conforme se verifica no trecho a seguir:

O antissemitismo pseudocientífico surge no decorrer do século XIX e transforma-se em antropologia totalitária e prática industrial do genocídio apenas em nosso século. Porém, não poderia ter nascido se não existisse há séculos, desde os tempos dos Pais da Igreja, uma polêmica antijudaica e, no seio do povo comum, um antissemitismo prático que atravessou os séculos em qualquer lugar onde houvesse um gueto. [...] Os fundamentos teóricos de Mein Kampf podem ser refutados com uma bateria de argumentos bem elementares, mas se as ideias que propunha sobreviveram e sobreviverão a qualquer objeção é porque se apoiam em uma intolerância selvagem, impermeável a qualquer crítica.(ECO, 2000,p.45-48).

A teoria falha ao refutar a intolerância selvagem, pois ela se baseia em um curto-circuito categorial que pode posteriormente ser emprestado a uma doutrina. Esse curto-circuito se apresenta como tentador para todos, bastando acontecer algum episódio de conflito com o outro para desencadear um comentário intolerante.

Além disso, os intelectuais não conseguem lutar contra intolerância selvagem, pois ela se baseia na pura animalidade, na ausência do pensamento. Assim, ela é combatida somente quando já se transforma em intolerância doutrinária; todavia, na maioria das vezes, já é tarde demais, até porque muitos dos que deveriam promover o combate acabam por se tornar suas primeiras vítimas.

Logo, Eco (2000) assevera que pouco adianta combater a intolerância doutrinária já em adultos; pelo contrário, deve-se combater a intolerância selvagem “através de uma educação constante que tenha início na mais tenra infância, antes

mesmo que esta ser escrita em um livro, e antes que se torne uma casca comportamental espessa e dura demais”

Barros (2016) define o discurso da intolerância como um discurso de sanção aos que são vistos pelo enunciador como maus cumpridores dos contratos sociais. Uma vez considerados maus cidadãos, devem ser punidos, seja pela perda de direito e emprego, seja até mesmo pela morte. Em nossa sociedade, alvo desse discurso são aqueles que desrespeitam os contratos sociais de branqueamento, de heterossexualidade, de identidade religiosa e de pureza da língua.

A autora também observa que os discursos de intolerância são passionais, e o sujeito que os profere é guiado principalmente por duas paixões: a do ódio e a do medo. Entretanto, o ódio não se apresenta sozinho, estando acompanhado sempre de uma paixão benevolente, como a do amor. A questão é melhor explicada neste excerto:

O sujeito do ódio em relação ao estrangeiro, ao diferente, aos “maus” usuários da língua, é também o sujeito do amor à pátria, à sua língua, ao seu grupo étnico, aos de sua cor, à sua religião, ou seja, complementam-se as paixões malevolentes do ódio em relação ao “diferente” e as paixões benevolentes do amor aos “iguais” (BARROS, 2016, p.64).

Tal como Bueno (ano?), Barros (2016) destaca a diferença entre preconceito e intolerância, igualmente compreendendo primeiro como uma fase inicial do segundo, como vemos no próximo trecho:

[...] essa é a fase do preconceito, a primeira fase da intolerância e a mais passional. a segunda fase, a da intolerância propriamente dita, é aquela em que o sujeito preconceituoso passa à ação, ou seja, age contra o outro, que ele considera o causador de suas perdas e que odeia. As ações são as ações apaixonadas de vingança ou de revolta, que se distinguem, da justiça desapaixonada (BARROS, 2016. p.8).

Os discursos da intolerância normalmente se utilizam de temas relacionados à oposição semântica fundamental entre a igualdade ou identidade e a diferença ou alteridade. Desse modo, constroem alguns percursos temáticos e figurativos, como: a desumanização do outro, comparando-o a animais e objetos; a anormalidade da diferença, o caráter doentio do outro e a imoralidade do outro, colocando-o como uma pessoa que atenta contra a ética e a moral. Em suma, o discurso da intolerância compreende o diferente como algo que rompe as normas sociais, em função de não ser humano, natural, saudável ou moral.

Vale lembrar que esse discurso se contrapõe ao de aceitação e inclusão, de forma que ambos são elaborados com estratégias, temas e valores opostos. Essa diferença pode ser verificada no fragmento a seguir, em que a autora aponta as características do discurso da aceitação e inclusão

[...] seus contratos são os de multilinguismo, de mestiçagem, de diversidade sexual, de pluralidade religiosa, e não mais de pureza das línguas, de branqueamento da sociedade, de heterossexualidade, de identidade religiosa. Neles, o “diferente”, o “outro” não é mais considerado como aquele que rompe pactos e acordos sociais, mas ao contrário, é visto como aquele que garante novas e promissoras relações sociais. A sanção positiva e as paixões benevolentes, que nos discursos intolerantes só se aplicam aos “iguais”, a “nós”, se estendem, assim, aos diferentes, a “eles” (BARROS, 2016, p.9).

A pesquisadora ainda ressalta o uso dos discursos intolerantes dentro do discurso político, valendo-se, inclusive, de uma fala de Bolsonaro — deputado à ocasião — para exemplificar. A seu ver, o discurso desse político constrói-se como o de um sujeito corajoso, que manifesta a sua intolerância aos que não merecem ser toleráveis, sendo, por isso mesmo, considerado um discurso moralizado positivamente, o que explica a sua votação significativa. Esse discurso político cria justificativas para o ódio ao diferente e busca incutir o medo dos danos que esse diferente pode vir a causar à família brasileira.

Ao analisar o discurso intolerante na internet, Barros (2016) pontua que ele se caracteriza pelo excesso: de intensidade, de tensão passional, de extensão e de complexidade. O discurso do excesso exacerbado, como nomeia a autora, não se limita aos discursos intolerantes, tampouco aos da internet — embora seja muito comuns em ambos —, e pode ser encontrado até mesmo no jornalismo tradicional. Frequentemente, recorre-se ao uso de hipérboles, metonímias e palavrões a fim de criar situações de excesso, não se mostrando aberto ao diálogo, à resposta, à polifonia e à polêmica de vozes; ao contrário, apresenta-se como verdade única e incontestável.

Sob a teoria do *ethos* de Mainguenu, a pesquisadora examina o ator da enunciação excessivo como alguém passional, sem medidas no exagero, corajoso, autoritário, deselegante e sem sutileza. Apresenta um corpo atabalhado, viril e um tom de voz estridente e acelerado que, muitas vezes, se manifesta pelo uso de letras maiúsculas e negritos na modalidade escrita.

Além disso, esse ator da enunciação excessivo se opõe a uma ideia de sujeito insuficiente ou considerado na justa medida, o que pode ter valor positivo ou negativo, conforme verificamos neste outro trecho:

A linguagem do exagero, da hipérbole, do palavrão opõe-se à do comedimento, da elegância, da cortesia, que definem a justa medida nos discursos, mas também à linguagem sem graça e sem sabor, da insuficiência. Assim, quando o ator da enunciação é considerado, por exemplo, “exuberante”, pode ser um elogio, quando o excesso se contrapõe à falta de graça e de sabor da insuficiência, ou uma ofensa, quando se distingue da linguagem comedida, isenta e elegante (BARROS,2016, p. 21).

Nesta seção, compilamos algumas ideias de diversos autores que conceitualizam e discutem violência, preconceito e intolerância. Na próxima, traçamos um breve panorama da política brasileira durante o governo Bolsonaro, especialmente no que tange aos tópicos já tratados na presente seção.

3 BREVE PANORAMA DO BOLSONARISMO

3.1 Do quartel ao Palácio Presidencial

Em 2018 o então deputado e ex-membro das Forças Armadas, Jair Bolsonaro (PSL), foi eleito ao cargo de presidente do Brasil, derrotando, no segundo turno, o candidato do PT Fernando Haddad. Bolsonaro havia ganhado notoriedade por meio de declarações polêmicas que atacavam os governantes de esquerda e os movimentos sociais, e exaltavam as armas de fogo e a Ditadura Militar.

De acordo com Manso (2020), a carreira de militar do político em tela se iniciou quando ele ingressou na Academia Militar das Agulhas Negras em 1973, onde teve boas notas e representou o exército em competições esportivas. Ainda nessa década, deixou o Rio para servir em Nioaque, no Mato Grosso do Sul, e posteriormente voltou para atuar no Grupo de Artilharia de Campanha Paraquedista. Em 1983, foi advertido por seus superiores ao se embrenhar no garimpo da Bahia, além de vender bolsas com tecido de paraquedas.

Três anos depois, em um artigo publicado na revista *Veja* com o título de “O salário está baixo”, o futuro presidente deixou claro sua insatisfação com os vencimentos dos militares. Essa manifestação foi considerada um ato de indisciplina entre os militares e lhe rendeu uma prisão de quinze dias; todavia, acabou recebendo apoio entre seus colegas e até superiores.

O apoio terminaria no ano seguinte, quando a mesma revista publicou os planos do capitão de colocar bombas em alguns pontos da Academia das Agulhas Negras, em uma demonstração de insatisfação com os reajustes salariais. Segundo ele, o atentado não pretendia deixar vítimas, mas apenas mostrar a fragilidade do ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves e do então presidente José Sarney. Um longo processo foi instaurado para apurar o caso e, apesar de Bolsonaro ter sido absolvido pelo Superior Tribunal Militar, acabou sendo reformado pelo Exército.

A partir de então, começou a sua carreira política, tendo sido eleito vereador pelo Rio de Janeiro em 1988 e obtendo êxito dois anos depois, ao se candidatar ao cargo de deputado federal, no qual ficou por 28 anos até assumir a presidência.

Maitino (2018) analisa os principais temas abordados nos pronunciamentos do político na Câmara dos Deputados entre os anos de 2011 e 2017 e os subdividiu em dois grandes grupos: o das atividades militares e o das críticas à presidenta Dilma

Rousseff. Quanto à presidenta, seus pronunciamentos atacavam o seu governo e o seu partido, em especial no que tange às pautas dos costumes, usando com frequência termos como “direitos humanos”, “*kit gay*”, “maioridade penal” e “Bolsa Família”, ou seja, afastando-se de seus pares que, naquele momento, costumavam criticá-la no aspecto econômico

Manso (2020) aponta que Jair Bolsonaro nunca manteve fidelidade aos partidos que integrava, tendo sido filiado a sete partidos diferentes, quase todos do chamado “centrão”, durante seu período como parlamentar — PDC, PPR, PTB, PFL, PP e PSC —. antes de ingressar no PSL para concorrer à presidência. Vale lembrar que tal relação também não durou muito, tendo sido rompida em meados de seu mandato. Acerca do isolamento de Bolsonaro dentro dos partidos dos quais participou, o autor assim se manifesta:

Nunca se incomodou de estar filiado a agremiações envolvidas em escândalos de corrupção, porque atuava como político solo. Não se enturmava, não buscava alianças nem mesmo com seus correligionários, diversas vezes votou em desacordo com a indicação da liderança de seu partido (MANSO, 2020, p.267-268).

Quando o até então parlamentar começou a dar os seus primeiros passos rumo à presidência, poucos deram atenção. Em março de 2014, tentou se lançar candidato pelo PP, mas não foi levado a sério nem mesmo por seus correligionários, o que o fez desistir para se candidatar a mais um mandato de deputado federal. Contudo, na ocasião, ele se elegeu como o parlamentar mais bem votado do Rio de Janeiro, o que mostra que, já nessa época, sua popularidade e liderança estavam em crescimento

A figura de Bolsonaro passou a ser reconhecida nacionalmente, em especial após a sua aparição no extinto programa “CQC” da Rede Bandeirantes. Nele, o candidato afirmou que não corria o risco de ter um filho homossexual, pois eles haviam sido bem-educados, além de se posicionar contra o casamento inter-racial e exaltar a ditadura. Essa fala, sem dúvida, gerou grande repercussão e, embora tenha sido bastante repudiada, acabou por torná-lo uma celebridade, que inclusive passou a participar de outros programas na televisão, por exemplo, o “Casos de Família”.

A partir de então, outras falas do político geraram repercussão e controvérsia, entre as quais merece destaque o momento em que ele homenageou Carlos Alberto Brilhante Ustra, chefe do DOI-Codi, na votação do *impeachment* da presidenta Dilma

Rousseff, que foi torturada nos porões da ditadura militar, e a vez em que discutiu com Maria do Rosário, afirmando que não a estupraria apenas porque ela não merecia.

Por conseguinte, sua figura passou a ficar cada vez mais popular, sendo amada por uns e odiada por outros, de forma que, logo após a eleição de 2014, começou a surgir um movimento nas redes sociais para a sua candidatura à presidência em 2018. Segundo Cioccarri e Persichetti (2018, p. 204),

Bolsonaro não é uma voz única. É representante de um discurso armamentista muito bem articulado. E que encontra, como vimos, respaldo na imprensa. Vale lembrar que a voz de Bolsonaro só encontra reverberação na transformação de fatos e acontecimentos políticos em shows que dependem de interesses recíprocos advindos da política e do campo midiático. A mídia reverbera esse tipo de ação.

É importante salientar que a ascensão de Bolsonaro não ocorreu de forma isolada, mas logo após a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos em 2016. Ademais, vários outros países viram um crescimento destacável da ultradireita, por exemplo, Itália, Hungria, Israel, Filipinas, Turquia, Polônia e Reino Unido. Na visão de Manso (2020) todos esses países tinham em comum uma certa instabilidade econômica ou política, o que facilitou a criação de bodes expiatórios por meio das redes sociais, conquistando a população por meio dos sentimentos de medo e revolta.

No Brasil, o principal alvo foram os petistas e toda a esquerda, bem como os movimentos sociais, acusados não apenas de gerar a crise política e econômica, mas também de corromper os valores da nação, como pode ser observado neste fragmento:

As acusações eram direcionadas a ativistas do movimento LGBT, que buscavam fragilizar a família e incentivar o comportamento homossexual nas escolas primárias; ao movimento negro, que impunha a noção de raça sobre a de indivíduo, criando tensões despropositadas; aos ambientalistas que, sob o pretexto de evitar o aquecimento climático, queriam minar o motor da economia capitalista ou entregar a Amazônia aos estrangeiros. O rompimento com a tradição, anunciava a direita bolsonarista, empurrava parte dos brasileiros para um lugar desconhecido. Resgatar os valores transmitidos pelos pais, avós e bisavós da época em que todos sabiam o que era certo e errado, quem mandava na casa e na família, a diferença entre homem e mulher, dos tempos em que havia ordem e previsibilidade, podia trazer a sensação de paz e segurança. O bolsonarismo se propunha a engatar a marcha ré com a ajuda de novas ferramentas digitais (MANSO 2020, p. 285).

Ainda sobre a eleição de 2018, é fundamental ressaltar dois importantes acontecimentos determinantes para a ascensão bolsonarista: a rejeição da

candidatura do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva e um atentado sofrido por Jair Bolsonaro em meados de sua campanha.

Lula, seu adversário direto e uma das figuras mais criticadas por ele, liderava a pesquisas até ter sua candidatura rejeitada pelo TSE por 6 votos a 1, em agosto de 2018, e ser substituído por Fernando Haddad, que não conseguiu ter para si a transferência completa dos votos do ex-presidente. Posteriormente, os processos contra Lula foram anulados, o petista foi recolocado em liberdade e reconquistou os seus direitos políticos, voltando a ser o maior desafeto político de Bolsonaro.

Quanto ao ataque sofrido pelo político, no dia 6 de setembro do mesmo ano, o então candidato fazia sua campanha em Juiz de Fora (MG) quando foi esfaqueado por Adélio Bispo. Bolsonaro foi levado à Santa Casa de Misericórdia da cidade e passou por uma cirurgia que durou cerca de 2 horas. O autor do atentado foi investigado e preso, e concluiu-se que ele era mentalmente instável.

O atentado contra Bolsonaro gerou grande repercussão e comoção, tendo sido lembrado pelo presidente com grande frequência durante todo o seu mandato. Além disso, alegando problemas de saúde, Jair Bolsonaro, a partir de então, deixou de comparecer aos tradicionais debates políticos entre candidatos até o fim de sua campanha.

Se, desde o seu período no exército, o político era conhecido como uma figura polêmica, isso não mudou com a sua chegada à presidência. Pelo contrário, uma vez que ocupou o cargo mais alto do país e ganhou holofotes de toda a imprensa, seu governo foi marcado pela presença constante de polêmicas e conflitos, esmiuçados na próxima subseção.

3.2 O confronto como forma de governo

Logo no começo de seu mandato, a relação de Bolsonaro e sua família com as milícias do Rio de Janeiro ganhou destaque na grande mídia e entre os seus críticos, os quais o chamam com frequência de “miliciano”. Manso (2020) afirma que, desde o início da década de 2000, Jair e seu filho Flávio Bolsonaro, na ocasião deputado federal e deputado estadual respectivamente, discursaram algumas vezes em plenário defendendo as atividades da milícia, como pode ser verificado no trecho a seguir, proferido por Flávio em um debate entre deputados no ano de 2007:

Não se pode, simplesmente, estigmatizar as milícias, em especial os policiais envolvidos nesse novo tipo de policiamento, entre aspas [...] A milícia nada mais é que um conjunto de policiais, militares ou não regidos por uma certa hierarquia e disciplina, buscando, sem dúvida, expurgar do seio da comunidade o que há de pior: os criminosos. Em todas essas milícias sempre há um, dois três policiais que são da comunidade e contam com a ajuda de outros colegas de farda para somar forças e tentam garantir o mínimo de segurança nos locais onde moram (*in* MANSO, 2020, p. 58).

Ademais, em seu mandato, Flávio Bolsonaro aprovou 495 moções e concedeu 32 medalhas a policiais militares, policiais civis, bombeiros, guardas municipais e membros do Exército, Marinha e Aeronáutica, dentre os quais estavam alguns milicianos conhecidos, como Ronald Paulo Alves Pereira, Fabrício Queiroz e Adriano da Nóbrega. Este último, inclusive, obteve a condecoração da Medalha Tiradentes enquanto estava preventivamente preso.

Posteriormente, em 2007, durante o segundo mandato do parlamentar em questão, tanto Queiroz quanto a esposa de Adriano da Nóbrega, Danielle Mendonça, foram contratados para trabalhar ao lado do deputado. Em 2016, quando Nóbrega já havia sido expulso da polícia pelo seu envolvimento com o jogo do bicho, sua mãe também passou a ser empregada por Flávio Bolsonaro.

Ainda nos primeiros meses de Bolsonaro na presidência, estourou o escândalo das “rachadinhas” feitas no gabinete de seu filho por Queiroz, preso preventivamente em 18 de junho de 2020, foragido da justiça e escondido em Atibaia na casa de Frederick Wassef, advogado de Flávio Bolsonaro. Nóbrega foi morto por policiais do Bope após ser apontado como chefe da milícia de rio das Pedras e da Muzema.

Por fim, Manso (2020) aponta as semelhanças ideológicas entre a milícia e o bolsonarismo, destacando como esse tema foi negligenciado nas eleições de 2018:

Em suas trajetórias políticas, Jair e seus filhos eleitos se dedicaram a defender grupos que compartilhavam com eles esses e outros ressentimentos e revoltas. A defesa criminosa dos paramilitares e da ação imoral das polícias, presente em toda a carreira parlamentar do clã Bolsonaro, foi menosprezada por grande parte dos eleitores, como se não passassem de falas tresloucadas, sem consequências. Mesmo diante de várias manifestações de apologia ao crime, seus colegas parlamentares evitavam puni-los, permitindo impropérios cada vez mais radicais (MANSO 2020, p.57-58).

Outra grande polêmica surgida no governo Bolsonaro se refere ao tratamento dado pelo presidente à pandemia de coronavírus (Sars-CoV-2), deflagrada em março de 2020. Na ocasião, ele manifestou sua descrença em diversas instituições, passando a defender ações contrárias às preconizadas pelas organizações médicas

e científicas, desencorajando o distanciamento social, o uso de máscaras e posteriormente a vacinação, assim como recomendando remédios sem eficácia comprovada. Para Santos (2021), o pronunciamento feito pelo presidente no dia 24 de março marcou esse posicionamento, tanto por ter sido o primeiro ataque incisivo às recomendações sanitária quanto repercussão gerada.

Na ocasião, em um discurso que ataca a imprensa e não cita nenhuma fonte externa ao próprio governo, o presidente defende o fim do isolamento social incitando as pessoas a “voltarem à normalidade” chamando o coronavírus de “gripezinha ou resfriadinho”. [...] No dia seguinte ao pronunciamento, a hashtag #Bolsonarotemração aparecia entre os temas mais comentados do país e, em reação a ela, nos dias que se seguiram, apareceu também a hashtag #OBrasilprecisapararBolsonaro. Com intenções claramente opostas entre si, essas duas hashtags foram amplamente utilizadas para compartilhar mensagens (SANTOS, 2021,p. 4).

Além disso, durante o período, o Ministro da Saúde foi trocado quatro vezes; os dois primeiros, Luiz Henrique Mandetta e Nelson Teich, abandonaram o cargo por não concordarem com a maneira com que Bolsonaro gostaria de que a pandemia fosse conduzida; o terceiro, Eduardo Pazuello, foi substituído Marcelo Queiroga em virtude da pressão de parlamentares.

A gestão da pandemia também foi alvo de uma CPI no Senado, cujo relatório final sugeriu o indiciamento de duas empresas e 78 pessoas, incluindo o presidente Bolsonaro, conforme se observa no excerto a seguir:

Esta Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia colheu elementos de prova que demonstraram sobejamente que o governo federal foi omissivo e optou por agir de forma não técnica e desidiosa no enfrentamento da pandemia do novo coronavírus, expondo deliberadamente a população a risco concreto de infecção em massa (CARNEIRO, 2021).

Por fim, não se pode ignorar que os números da covid-19 em nosso país foram altos. Mais especificamente, houve 34,4 milhões de casos de contaminação e 683 mil pessoas mortas pela doença. O recorde foi registrado no dia 29 de março de 2021, no qual 3541 pessoas faleceram em apenas 24 horas.

Do mesmo modo, ao recapitular as grandes polêmicas da eleição e do governo Bolsonaro, é preciso mencionar sua relação com as *fake news* e sua postura pouco solícita com jornalistas e membros dos outros poderes, em especial o STF. Para tanto, valemo-nos de Mello (2020), jornalista que, após publicar uma reportagem no jornal Folha de S. Paulo investigando o uso indevido de disparos em massas pelo aplicativo Whatsapp na campanha de Bolsonaro, foi ofendida pelo presidente, que chegou a

insinuar que ela teve acesso às informações em troca de sexo. Após o ocorrido, a jornalista escreveu um livro analisando as atitudes de Jair Bolsonaro partindo de sua própria experiência pessoal e de outras colegas de trabalho.

A autora cita outros casos de jornalistas que se encontraram em situações semelhantes à dela, por exemplo, Talita Fernandes, encarregada pelo jornal Folha de S. Paulo de acompanhar o dia-a-dia do presidente e reportar as suas ações, e que foi por ele ofendida. À época, o político dissera: “Fora, Folha de S.Paulo, você não tem moral para perguntar, não. Cala a boca”. Além disso, Mello (2020) cita jornalistas como Vera Magalhães, Miriam Leitão e Constança Rezende.

Devemos ressaltar que as agressões não partem somente de Bolsonaro, mas principalmente de seus apoiadores, responsáveis por ofender massivamente pessoas que se indispõem com o governo, chegando inclusive a inventar histórias falsas sobre elas. Inclusive, fala-se a mídia frequentemente alude à existência de um “Gabinete do Ódio”, que seria responsável por promover esses ataques e incentivar os apoiadores a fazer o mesmo.

A jornalista analisa essa situação como uma estratégia política que, inclusive, não se restringe ao governo Bolsonaro, tampouco ao Brasil; pelo contrário, ela é adotada por outros líderes da extrema-direita, como podemos constatar no seguinte excerto:

O pior de tudo é pensar que os alvos dessas campanhas de assassinato de reputação são meras peças na estratégia de comunicação digital do governo. Os ataques são lançados para distrair as pessoas, fazer com que elas não prestem atenção em fatos realmente importantes. Tal qual o americano Donald Trump, Bolsonaro é um profissional da fabricação de factoides (MELLO, 2020, p.108).

Ainda de acordo com a autora, as novas mídias têm um papel fundamental no crescimento dos novos líderes da extrema direita, tais como Bolsonaro e Trump, amparados por marqueteiros que compreenderam como unir os algoritmos e o ódio, criando um novo tipo de populismo. A seu ver, a presença de *bots* para exaltar Bolsonaro e criticar seus adversários é uma prática relevante nessa lógica. Por exemplo, só no dia 27 de abril de 2020, a plataforma Bot Sentinel, que monitora contas automatizadas no Twitter, constatou uma quantidade enorme de perfis falsos impulsionando *hashtags* que criticavam o então presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, que havia se desentendido com o presidente. Dentre elas, destacam-se: #MaiaTemQueCair, #MaiaVaiCair e #FechadocomBolsonaro.

Há, nessa estratégia, um *modus operandi*, que Mello (2020) denomina “máquina do ódio”, iniciado com falas do próprio presidente, que as profere em algum veículo de mídia. Na sequência, influenciadores bolsonaristas — incluindo seus próprios filhos — divulgam trechos do vídeo e incentivam a militância a fazer o mesmo. Por fim, contas falsas passam a também ecoar a mensagem e a subir *hashtags*.

Uma vez apresentados os principais conflitos e polêmicas do governo de Bolsonaro, tratamos, a seguir, das principais influências e da base ideológica que movem não apenas o ex-presidente, mas também os seus seguidores mais assíduos

3.3 Bolsonarismo: sua ideologia e seus heróis

Manso (2020) aponta três homens como principais inspirações de Bolsonaro: o general Newton Cruz, o coronel Carlos Brilhante Ustra e o autodeclarado filósofo Olavo de Carvalho. Cruz foi Chefe da Agência Central do Serviço Nacional de Informações (SNI) e um dos representantes “linha-dura” durante a presidência de Figueiredo, sendo um símbolo de resistência à abertura política que ganhava força na época. Em 1999, foi acusado de prevaricação ao não impedir o atentado do Rio Centro, planejado pelo coronel Freddie Perdigão, e, depois de dois anos, foi apontado como suspeito de ter mandado matar o jornalista Alexandre vom Baumgarteng.

Em 1983, assumiu o Comando Militar do Planalto e, em seu governo, decretou medidas para restringir filmagens e o trânsito nos meses que antecediam a votação das eleições diretas, além de articular, sem sucesso, a eleição de Paulo Maluf em oposição a Tancredo Neves. Nesse período, teve momentos de embate com jornalistas, mostrando uma postura violenta e pouco democrática, como pode ser verificado no trecho a seguir:

Durante uma entrevista coletiva, Cruz se irritou com as perguntas do repórter Honório Dantas e o mandou calar a boca e desligar o gravador. O jornalista se retirou do “quebra-queixo”, como chamavam a rodinha formada por repórteres, com câmeras e microfones em volta do entrevistado, e reclamou de ter sido empurrado pelo militar. Irritado, o general partiu para cima do jornalista, torceu seu braço, o levou para a frente das câmeras e exigiu desculpas. No ano seguinte, em abril de 1984, flagrado por um fotógrafo em atrito com um estudante, Cruz sacou um revólver e encostou a arma na barriga do fotógrafo (MANSO, 2020, p.261).

Depois da entrevista que Bolsonaro deu à Veja em 1984, Cruz lhe enviou um telegrama de apoio, e os dois se encontraram mais três vezes no período. O general

chegou, inclusive, a ser arrolado como testemunha de defesa de Bolsonaro no episódio das bombas.

Já Carlos Brilhante Ustra foi chefe do Destacamento de Operações de Informações (DOI-Codi) do II Exército em São Paulo, entre 1970 e 1974. Durante esse período, pelo menos 45 pessoas morreram ou sumiram depois de passarem pelo órgão, inclusive 400 dos 876 casos de tortura documentados pelo livro “Brasil nunca mais” (AUTOR, ano) ocorreram no centro comandado por ele.

Ustra foi um dos formuladores dos métodos de investigação usados no DOI, que misturavam estratégias militares com táticas policiais, interrogando, torturando e matando quem e quando achassem necessário. Após se aposentar, permaneceu na luta contra a “doutrinação esquerdista”, tendo criado, em 1998, o grupo “Terrorismo Nunca Mais” — contrapondo-se à ONG “Tortura Nunca Mais”, da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo — e coordenando a produção do livro “Orvil”. Escrito pelos integrantes da seção de informação do exército, com mais de mil páginas, narrava as ofensivas dos comunistas para tomar o poder no Brasil e alertava que a mais recente tentativa estava em vigor durante Nova República, por meio do controle de instituições culturais como escolas, universidades e jornais. Ou seja, o poder seria tomado não pela força, mas pela cultura.

A terceira e última influência citada é a de Olavo de Carvalho, conhecido hoje como o “guru do bolsonarismo”. Autoproclamado filósofo apesar de nunca ter frequentado o curso, chegou a escrever em diversos jornais e revistas de reconhecimento durante os anos 2000. Contudo, foi perdendo esse espaço à medida que seu anticomunismo passou a tomar proporções conspiratórias. Em sua obra, Carvalho denuncia a existência de uma Nova Ordem Mundial que pretende moldar a consciência coletiva para que, assim, o comunismo avance pelo mundo, não pela força, mas pela cultura. Segundo ele, são influenciados pelo marxismo não apenas os partidos de esquerda, mas a Rede Globo e toda a grande imprensa, a Organização das Nações Unidas (ONU) e diversas Ongs espalhadas pelo mundo, tendo como principal investidor George Soros.

Dessa forma, podemos observar que tanto a visão de Carlos Ustra quanto a de Olavo de Carvalho são complementares, uma vez que ambos acreditam que o comunismo não foi derrotado, mas permanece como uma ameaça por meio da cultura e das instituições.

Graças a Flávio Bolsonaro, Carvalho foi condecorado com a Medalha Tiradentes, a maior premiação da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. Na ocasião, o filho mais velho de Jair Bolsonaro fez questão de viajar para os Estados Unidos a fim de entregar a honraria na casa do autoproclamado filósofo. Ademais, Eduardo Bolsonaro, o segundo filho, também fez viagens para conversar com o guru antes do lançamento da campanha do pai.

Do mesmo modo, não podemos ignorar a influência do cristianismo sobre o bolsonarismo, em especial das igrejas neopentecostais, a começar pela frase bíblica utilizada recorrentemente por Bolsonaro “Conheceis a verdade e a verdade vos libertará” (Jo 8:32). Ela, inclusive, aparecia em diversas de suas campanhas eleitorais.

Apesar de não se declarar evangélico, é justamente dessa população que o político mais obteve apoio, explicado inicialmente por uma convergência entre ideias. Segundo Cunha (2018), 66% dos evangélicos apoiam o armamento da população, a anulação das demarcações de territórios de negros e indígenas, a interferência do Estado sobre a sexualidade e a transferência das crianças das escolas públicas para creches confessionais com o ensino religioso, bandeiras utilizadas por Bolsonaro em sua campanha

De acordo com Camurça (2020), aderiram à campanha quase todas as principais lideranças evangélicas, tais como: o pastor Silas Malafaia, da Assembleia de Deus Vitória em Cristo, o bispo Edir Macedo, da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), o Pastor José Wellington Bezerra da Costa, ex-presidente da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil (CGADB), ligada à Assembleia de Deus Missão, o “apóstolo” Valdomiro Santiago, da Igreja Mundial do Poder de Deus, o missionário Romildo Soares, da Igreja Internacional da Graça de Deus, Robson Rodovalho, da Sara Nossa Terra, Ana Paula Valadão, a cantora gospel e dirigente da Igreja Batista da Lagoinha, entre outras. Todo esse apoio foi revertido em uma expressiva presença de evangélicos em postos do governo, dentre os quais destaca-se a ministra dos direitos humanos, Damare Alves, e o vice-líder do governo, Marcos Feliciano.

Uma vez analisada a trajetória de Jair Bolsonaro, bem como suas inspirações e seus apoios, passamos à leitura de seu discurso com base nos conceitos já apresentados da Análise do Discurso e nas definições acerca da violência, do preconceito e da intolerância.

4 CORPUS E RESULTADO DA ANÁLISE DO CORPUS

4.1 Descrição do corpus

Em nosso projeto, optamos por analisar três *lives* de Jair Bolsonaro, ocorridas em um espaço inferior a dois anos. A escolha deu-se pelo fato de representarem momentos importantes do governo, tocarem em temas sensíveis à política e gerarem grande repercussão midiática.

A primeira ocorreu em 24 de janeiro de 2020 e foi escolhida em virtude de uma fala do ex-presidente acerca dos povos indígenas do Brasil, apontada como desrespeitosa por diversas lideranças desses povos e pela mídia. A fala versa sobre um tema sensível ao governo, visto que a política adotada acerca dos povos indígenas, aliada ao do meio ambiente, tornou-se um grande motivo de críticas não apenas pelos seus adversários políticos, como também por organizações internacionais e lideranças de outros países, que viam, na postura do governo, um incentivo à invasão de terras indígenas e de proteção ambiental.

A segunda se deu em 6 de maio de 2021 e foi escolhida, pois, em um de seus trechos, o presidente imitou uma pessoa com falta de ar, o que tornou o vídeo amplamente conhecido e frequentemente utilizado pela oposição durante as eleições de 2021. A atitude do então presidente foi considerada uma falta de respeito aos mais de 700 mil brasileiros mortos pela covid-19 e aos seus familiares.

Já a terceira, realizada em 2 de setembro de 2021, corresponde a última *live* gravada por Bolsonaro antes das manifestações que marcaram o aniversário da Independência do país. Nelas, seus seguidores manifestavam apoio ao presidente e revolta contra STF, havendo, inclusive, pedidos de intervenção militar por parte dos participantes. O próprio presidente discursou nessas manifestações atacando o ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes e as urnas eletrônicas, conforme noticiado pela BBC.

Apesar de não ter ocorrido nenhuma ruptura democrática na data, havia, entre parte mídia e parte da população, um receio de que, nessa data, poderia se dar um golpe contra o Estado Democrático de Direito, embora houvesse aqueles que acreditassem que seu carácter era meramente eleitoral e não golpista. Vale ressaltar que, na semana que antecedia o ato, verificou-se, em uma pesquisa do Instituto

Datafolha, que quase metade dos brasileiros acreditava na possibilidade de um golpe pró-Bolsonaro.

Embora esses sejam os principais motivos que nos levaram a escolher as referidas transmissões, nossas análises não se resumiram aos temas elencados. Isso porque, ao assistir a elas por completo, pudemos observar uma gama de elementos que muito interessam ao nosso trabalho, seja pela sua manifestação de violência, seja por nos permitir analisar a construção do *ethos* do presidente e a sua formação discursiva.

Além do mais, as críticas à imprensa, ao STF e à CPI da covid-19 se mostraram tão recorrentes nas lives analisadas, que optamos por analisar também esses trechos, pois, a nosso ver, são tópicos de suma importância tanto para o governo quanto para o discurso do político em foco.

4.2 Categorias de análise

A presente pesquisa apresenta caráter qualitativo interpretativista, ou seja, nas palavras de Silva e Araújo (2017, p.20), “ela estuda o objeto de investigação em seu contexto natural, na tentativa de dar sentido aos fenômenos levando em conta os significados que as pessoas lhe atribuem”. Tal como em toda a AD, não se busca uma visão horizontal do texto, observando-o de começo a fim, e sim sua análise profunda, por meio da qual é possível examinar, por exemplo, posições de sujeito assumidas, bem como imagens e lugares estabelecidos por meio de regularidades discursivas, verificadas na materialidade

Conforme autor também afirma, a AD não apresenta uma metodologia acabada. Por essa razão, o próprio *corpus* e os efeitos de sentido impõem a teoria a ser trabalhada, de forma que ela e metodologia são inseparáveis, sustentando-se mutuamente. Na sequência, uma sustentando a outra.

Na sequência, procedemos à análise propriamente dita. Antes, fazemos uma breve caracterização de cada *live* e, mais uma vez, ressaltamos que o exame do *corpus* se orientou pelas seguintes categorias: o *ethos*, as formações discursivas e as formações ideológicas.

4.3 Corpus e análise do *corpus*

4.3.1 *Live* I

Na primeira *live*, que foi ao ar em 23 de janeiro de 2020, Jair Bolsonaro se encontra em frente a uma biblioteca, acompanhado do Ministro da Infraestrutura Tarcísio de Freitas, cujas falas são aqui destacadas por meio de negrito. A transmissão foi dividida em duas partes: na primeira, o então presidente comenta um documento da Federação Nacional de Jornalistas, a qual ele aponta como o principal agente de violência contra a imprensa. A escolha se deu inicialmente pelo fato de as críticas de Bolsonaro à imprensa terem se destacado como um tema frequente nas *lives* apresentadas. Ademais, ademais, esse trecho nos permitiu discutir a concepção de violência presente na formação discursiva e ideológica do político em foco.

Na segunda parte, a responsável pela escolha dessa transmissão, a escolha se deu em virtude de sua grande repercussão na mídia, ocasionada por uma fala do enunciador Bolsonaro sobre os povos indígenas. Ela foi considerada preconceituosa tanto pela militância quanto pela oposição e pela mídia. Esse trecho nos permitiu analisar a violência, em especial, o preconceito e a intolerância, no discurso do presidente e a sua relação com a política de seu governo voltada a essa população.

a) Trecho I

1:56

O jogo rápido aqui é a imprensa aí é ou

1:59

melhor a federação nacional de

2:02

jornalismo tá me dizendo que a imprensa

2:04

sofreu violentos ataques no ano passado e 50

2:07

e 58 por cento dos violentos ataques que...

2:10

Quem é que desferiu? Eu! Então eu tô alguns dias

2:12

sem falar com a imprensa porque não

2:14

quero mais magoar a imprensa. Horrível!

Então eu acho que essa

2:20

federação nacional de jornalismo retirar, mudar esse seu ... seu

2:22

comportamento...Eu vou falar agora

2:24

ano passado, rapidamente... rapidamente aqui.

2:26

O ano passado, seis primeiros meses eu

2:28

atendi mais cem jornalistas mais de

2:32

cem jornalistas, seis primeiros meses do

2:34

ano passado, e.. durante uma semana,

2:37

nessa... nesse... chamado quebra-queixo que eu

2:40

geralmente eu faço na saída e na

2:43

volta aqui na frente do Alvorada e numa

2:45

semana eu quase

2:46

três horas de conversa com a imprensa.

2:48

Agora, quando algum jornalista ali fica..

2:51

ali abusando, viu, logicamente, a gente dá o

2:55

momento ali não tem suco não tem tapa

2:59

nem nem teve nenhum palavrão até hoje

3:01

A gente responde, também reponde de forma um pouco

3:03

exaltada por que somos seres humanos, daí

3:04

a federação não gosta, acha que eu tenho

3:07

que ser subserviente servil e

3:10

eternamente educado com ele, até que eu tô

3:12

sendo lá, mas tudo bem, então sem problemas aí

b) Análise do Trecho I

O enunciador revela certa tensão entre si mesmo e a imprensa ao reagir à notícia de que a Federação Nacional de Jornalismo (Fenaj) divulgara, no Relatório da Violência contra Jornalistas e Liberdade de Imprensa no Brasil – 2020, que não apenas a violência contra jornalistas apresentou crescimento considerável nos últimos anos, como também boa parte dela foi cometida justamente pelo então presidente Bolsonaro e seus seguidores. Nesse trecho, o enunciador não apresenta o conteúdo do documento e nenhum dos argumentos apresentados pela associação para, assim, rebatê-los. Logo, não é possível ao seu coenunciador analisar e julgar a justiça dessa acusação, a não ser que saia à procura do documento. Isso leva o leitor menos crítico a acatar ou não a opinião de Bolsonaro, conforme os afetos por ele despertados.

Ademais, ao não apresentar o conteúdo do documento e concentrar-se somente no título, o político dá a entender que os argumentos que o pautam são supérfluos e indignos de serem especificados, tanto que justifica que os “seus ataques”, na verdade, foram apenas pequenas exaltações diante de perguntas mal-intencionadas dos jornalistas. Assim, transfere-se a culpa justamente para aquele que se diz “vítima”.

Também chama a atenção que, ao desqualificar seus atos como violência, o enunciador afirma que *não teve tapa nem palavrão*, explicitando o conceito de violência presente em sua formação discursiva, como se apenas a ausência desses dois requisitos fosse necessária para desqualificá-la. Essa afirmação nos remonta

diretamente aos estudos de Michaud (ano?), segundo os quais a definição de violência é carregada de fatores subjetivos. Por essa razão, o que é considerado violento para uma pessoa ou sociedade não o é para outra. Além disso, entende-se que a violência não se manifesta apenas em atos praticados uma única vez, como podem ser classificados o tapa ou o palavrão de Bolsonaro, mas igualmente ocorre por meio de estados de violência que se processam gradualmente e são difíceis de serem localizados, pois abrangem todas as instâncias da vida social e política.

Ao lermos o relatório, é possível constatar que a definição de violência à qual ele se refere abarca tanto os atos quanto os estados de violência, de forma que as violências constatadas foram categorizadas da seguinte forma: assassinatos, agressões físicas, agressões verbais/ataques virtuais, ameaças/intimidações, ataques cibernéticos, atentado, censuras, cerceamentos à liberdade de expressão por meio de ações judiciais, descredibilização da imprensa, impedimentos ao exercício profissional, injúrias raciais/racismo, sequestro/cárcere privado e violência contra a organização dos trabalhadores/sindical.

Quanto à participação de Bolsonaro na violência, afirma-se que ele foi responsável por 175 ocorrências (40,89% do total), sendo 145 delas enquadradas em “tentativas de descredibilização da mídia”, qualificadas não como um ato, mas como um estado de violência. Isso porque, por meio de falas contínuas, visa a afastar a mídia da esfera social, de modo que, aos poucos, a população não mais se interesse ou acredite em nada que ela reportar. Sobre essa situação, vale a pena ler o que o próprio documento apresenta:

A descredibilização da imprensa foi, portanto, a violência mais frequente. Dos 428 casos, 152 (35,51%) foram de discursos que buscavam desqualificar a informação jornalística. Armações como “a mídia mente o tempo todo”, “a mídia é uma fábrica de fake news”, “vocês são lixo” e “TV Funerária”, referindo-se às empresas jornalísticas e a jornalistas foram repetidas reiteradas vezes, a maioria delas pelo próprio presidente. Sozinho, Bolsonaro foi responsável por 145 casos de descredibilização da imprensa, por meio de ataques a veículos de comunicação e a profissionais, e outros 26 registros de agressões verbais, duas ameaças diretas a jornalistas e dois ataques à FENAJ, totalizando 175 casos, o que corresponde a 40,89% do total. (FENAJ, 2020 p.6)

Todavia, não só de estados de violência Bolsonaro foi acusado, mas também de atos. Do relatório, constam 27 casos de agressões diretas aos profissionais (26 agressões verbais e uma ameaça), uma ameaça à TV Globo e dois ataques à Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), organização inclusive responsável pelo

documento. É interessante notar que, ao tentar desqualificar o relatório, dando a entender que as acusações não procediam, Bolsonaro parece novamente tentar “descredibilizar a imprensa” ou, mais precisamente, a FENAJ, como se ela o tivesse citado não por, de fato, ter havido agressão, e sim porque desejava certa subserviência do então presidente, agindo, portanto, de má-fé. O político tenta inverter as posições de agressor e vítima, colocando-se não como agressor, mas como vítima de uma perseguição política praticada pela FENAJ, que, por sua vez, não mais é vítima, e sim agressora.

Além disso, uma das formas de desqualificar as acusações ocorre por meio da ameaça de não mais falar com a imprensa, a não ser que a organização mude seu posicionamento. Ou seja, o enunciador demonstra não somente insatisfação, como também intolerância ao relatório e determina uma punição tanto para os meios de comunicação quanto para toda a população, que não mais terá mais o direito de saber os posicionamentos do líder por meio da mídia acerca dos acontecimentos do país.

Igualmente destacamos que, para anunciar a sua punição, o então presidente faz uma brincadeira com o assunto, alegando que não mais falaria com a mídia para não mais ofendê-la. Dessa forma, não apenas mostra sua pouca preocupação com as acusações e o assunto, tornando-o um motivo de piada, como também dá a entender que o relatório exagera e age de má-fé contra sua pessoa, visto que considera qualquer fala sua como violência. Por conseguinte, a única forma de não ofendê-la seria não falando absolutamente nada, para não ser mal interpretado e acusado.

c) Trecho II

11:32

Criamos no dia de ontem, né?

11:35

O conselho da Amazônia sem qualquer custo..

11:38

custo, aproveitando o gabinete do

11:41

vice-presidente aí, o Antônio Mourão,

11:44

tá? Ele vai ser o nosso grande é coordenador

11:47

aqui, está na frente desse conselho

11:49

da Amazônia vai tratar ali da proteção

11:51

da defesa e prevenção e desenvolvimento

11:55

Sustentável, logicamente vai ter sua

11:57

participação no tocante às reservas

11:59

indígenas. Tarcísio, você serviu no Mato

12:02

Grosso? Qual estado que você serviu na região

12:04

norte? Algum estado?

12:04

Servi, servi no Amazonas

12:07

(Bolsonaro) Em que cidade?

12:07

Manaus mas na outra você...

12:09

Mas então você conhece...teve contato com índio, né? Com toda a

12:12

certeza o índio do tempo que você...que ano você serviu?

12:14

Servi lá de 2002 a 2007

12:19

2007...Então se passaram basicamente 13...14 anos

12:21

mudou.. o índio mudou tá evoluindo... e cada vez

12:24

mais o índio é um ser humano igual a

12:26

Nós. Então

12:27

é fazer com que o índio cada vez mais se

12:29

integra (sic) à sociedade e seja realmente dono da

12:33

sua terra indígena. É isso que nós queremos

12:34

aqui e o Mourão vai coordenar isso, no

12:38

meu entender, vai ser excelente. Conversei com

12:41

o Paulo Guedes também ele tava (sic) lá em Davos

12:42

vamos criar também uma força

12:45

nacional ambiental

d) Análise do trecho II

Essa fala de Bolsonaro causou, tanto na mídia quanto no movimento indígena, uma grande tensão. A ativista, então coordenadora da Abip (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil) e atual Ministra dos Povos Originários, Sonia Guajajara proferiu, na época, a seguinte declaração: “Bolsonaro mais uma vez rasga a Constituição ao negar nossa existência enquanto seres humanos. É preciso dar um basta a esse perverso!” (GUAJAJARA, 2020, Twitter).

O próprio enunciador parece notar a ofensividade da afirmação “o índio está evoluindo”, uma vez que não termina a última palavra. Contudo, ao tentar se corrigir, acaba por piorar a sua situação afirmando: “o índio está a cada dia se tornando um ser humano igual a nós”. Com isso, deixa implícito que o indígena ainda não conquistou sua devida evolução, colocando-o como um ser inferior e animalizado em relação ao resto da sociedade e inclusive à espécie *Homo Sapiens-Sapiens*.

Esse discurso encontra respaldo nas formações discursivas ligadas ao darwinismo social, segundo as quais, assim como Darwin postulou sobre a evolução das espécies, também haveria diferentes graus de evolução dentro da raça humana.

Nesse sentido, seria atribuído à raça branca o maior grau de evolução, conforme podemos ver no trecho a seguir

O darwinismo social considera que os seres humanos são, por natureza, desiguais, ou seja, dotados de diversas aptidões inatas, algumas superiores, outras inferiores(...) As ligações do darwinismo social com o racismo científico foram estabelecidas pelo antropólogo francês Georges Vacher de Lapouge (1854-1936), em sua obra *L'Arien*. Para ele, as raças dividiam-se em superiores (arianos) e inferiores (judeus, negros, etc.). Tentou demonstrar a existência de correlações entre o status social dos indivíduos e sua identidade biológica ou racial. (CLARCK apud.BOLSANELO, 1988, p.154-155).

Além disso, esse discurso se encaixa na definição de intolerância de Barros (2016), uma vez que aplica a sanção aos indígenas ao excluí-los da humanidade. A razão seria o fato de serem considerados maus cumpridores de contratos sociais — o da branquitude, no caso, uma vez que não apenas não são brancos, como também não buscam a branquitude nem pela miscigenação, nem por adquirir hábitos brancos —, bem como de não cumprirem o contrato de produção capitalista, já que optam por manter o seu próprio modo de organização social e econômica.

Essa segunda situação merece mais destaque, pois, quando Bolsonaro afirma que o indígena está evoluindo, pode estar inferindo que, a seu ver, essa evolução se dá justamente por haver indígenas abandonando seu modo tradicional de viver e adotando o do homem branco. Em outras palavras, não mais buscam viver em harmonia na floresta, plantando e caçando para a própria subsistência, mas se transformam em trabalhadores rurais e urbanos, que trocam seu trabalho e sua terra por dinheiro.

Sendo assim, para o enunciador, ao aderir aos hábitos do homem branco e fazer parte do sistema capitalista, o indígena estaria evoluindo sua raça e também se tornando um homem branco. Em contra partida, aqueles que mantêm suas tradições permanecem sendo uma raça inferior, mais próxima dos animais que dos humanos, e portanto, excluída da humanidade.

Nessa construção, podemos observar um claro exemplo de intolerância, conforme definido na seção 2 deste trabalho. Dizemos isso porque o enunciador visa a punir aqueles que não cumprem o contrato social, nesse caso, indígenas que não cumprem o contrato da produtividade, por meio de sua animalização — igualmente mencionada na seção 2 como um importante recurso figurativo do discurso da intolerância. Além disso, como também visto na referida seção, o discurso da

intolerância se manifesta por uma relação de ódio e amor, de modo que, ao mesmo tempo que o enunciador demonstra o seu ódio ao indígena e aos seus modos de vida tradicional, também mostra seu amor à branquitude e ao seu modo de vida, em especial ao capitalismo.

Vale retomar aqui a teoria de Althusser (ano?), pois o discurso de Bolsonaro, por meio da ideologia ou pelas suas ações como presidente, representa uma superestrutura que busca manter a estabilidade da infraestrutura econômica. Mais especificamente, procura impor sanções àqueles que não seguem o capitalismo e beneficiar os que o seguem, com vistas não apenas a manter a hegemonia desse sistema, mas também de ampliá-la

Ademais, o discurso do político em questão reflete o tratamento dado aos indígenas pelo seu governo, questão que lhe rendeu muitas críticas, incluindo uma Carta apresentada por relatores da ONU denunciando que o seu governo refletia uma “discriminação sistêmica e estrutural contra os povos indígenas que tem sido exacerbada devido à pandemia da covid-19”, além de ter “promovido estereótipos de que os povos indígenas são universalmente pessoas que vivem na pobreza, são manipulados por organizações não governamentais estrangeiras e ‘desperdiçam’ o enorme potencial de lucro econômico em seus territórios”

Segundo Barreto (2020), o governo Bolsonaro, por meio de seu discurso e do desmonte das estruturas de fiscalização, criou uma sensação de total permissividade entre os interessados em se apossar das terras indígenas, causando inúmeras consequências destacadas no próximo excerto:

A invasão sistemática de áreas protegidas e Terras Indígenas (Uru-Eu-Wau-Wau, Karipuna, Xipaia, Arara, Awa Guajá), logo no primeiro mês de governo, a retomada da invasão da Terra Indígena Yanomami por dezenas de milhares de garimpeiros, em patamares similares à grande invasão de 1992 a explosão da taxa de desmatamento, que já em junho de 2019 registrava um aumento de 60% em relação ao mesmo mês do ano anterior e que não para de crescer desde então (BARRETO, 2020, p. 6-7).

A nosso ver, o discurso de Jair Bolsonaro busca reforçar não só o sistema econômico capitalista, como também as próprias ações de seu governo, tentando demonstrar que se preocupa com as populações indígenas e que o uso econômico de suas terras converge com as próprias aspirações desses povos. Além do mais, o ex-presidente tenta criar para si o *ethos* de um governante benevolente, que está proporcionando à população indígena uma grande oportunidade de crescer

economicamente com o capitalismo e, por conseguinte, de evoluir racialmente, aproximando-se da humanidade. Do mesmo modo, deixa subentendido que os que criticam essa exploração e defendem as reservas indígenas conspiram contra a evolução, uma vez que os querem empobrecidos e animalizados.

Soma-se a isso o uso da palavra “índio”, que, apesar de corriqueiramente utilizada em nossa sociedade, é considerada inadequada por abarcar homogeneamente uma gama de povos distintos. Inclusive, o próprio Manual de Comunicação da Secom orienta que ele seja substituído pelo termo indígena, justificando que este último significa “originário, aquele que está ali antes dos outros” (SENADO FEDERAL, 2012) e valoriza a diversidade de cada povo. Essa visão é corroborada por Bergamaschi (2007, p. 126):

A denominação genérica índios relega essa temática para uma situação de invisibilidade e de “entulhamento”, escondendo as diferenças que constituem cada etnia, porque cada povo tem uma língua própria, tem histórias de contato com os não-indígenas também diferenciadas, o que lhe confere modos de vida próprios na contemporaneidade. Portanto, a invisibilidade e o aparente entulhamento, que não revelam os significados do modo de vida dos povos indígenas e de seus protagonismos, faz persistir, no meio acadêmico e educacional, a imagem de uma escola indígena com o formato da catequese colonial, camuflando o movimento de criação e vida que ela engendra no presente .

Embora o termo ainda seja muito comum no Brasil — e, por essa razão, não podemos considerar que houve, da parte de Bolsonaro, a intenção de ofender ao utilizá-lo —, também é possível concluir que o uso demonstra a pouca articulação do político com o movimento indígena e até mesmo a sua falta de cuidado ao falar de um assunto polêmico em seu governo e em sua *live*.

Acerca desse termo, vale refletir sobre o significado que ele acrescenta ao discurso do enunciador. Uma vez que “índio” promove uma homogeneização dos povos, pode-se concluir que, para Jair Bolsonaro, a única pluralidade entre as diversas etnias indígenas corresponde à dos que estão inteiramente integrados aos hábitos do homem branco e à dos que continuam seguindo as suas tradições.

Do mesmo modo, ao homogeneizar esses povos, a palavra recupera uma série de estereótipos sobre as populações indígenas, presentes na formação ideológica e discursiva dos coenunciadores. Essa formação, na maioria das vezes, moldada por uma visão do homem branco sobre o indígena, evoca uma imagem errônea deste

último e geralmente vai ao encontro da ideia do ex-presidente, para quem são povos menos evoluídos.

4.3.2 *Live II*

A segunda *live* a ser analisada corresponde à transmissão do dia 6 de maio de 2021. Nela, Bolsonaro se encontra novamente em frente a uma biblioteca, acompanhado pelo presidente da Caixa Econômica Federal, Pedro Guimarães, e por uma intérprete de libras. Ambos não falam durante os trechos selecionados e, portanto, não haverá nenhuma marcação específica para as suas falas.

A *live* foi escolhida pela repercussão gerada em virtude de uma imitação que o ex-presidente fez de uma pessoa sentindo falta de ar em plena pandemia de covid-19. Esse ato foi duramente criticado pela mídia e pela oposição, que o consideraram uma falta de respeito aos milhares de brasileiros que sofreram e morreram por conta da doença.

Todavia, não nos concentramos apenas nesse trecho, pois a transmissão contém um rico material no que tange a temas controversos e frequentes no discurso e no governo de Bolsonaro. Por essa razão, a análise foi dividida em sete partes, nas quais se abordam temas a relação do político com a mídia, o voto impresso, a CPI da covid-19 e o uso de cloroquina e ivermectina.

a) Trecho I

3:44

Uma notícia aqui fora de ordem da ordem, né? Eu, todo sábado e domingo eu dou uma volta aí, eu dou um passeio, uma volta de moto em Brasília e conseguimos sair despistando a imprensa, que a imprensa só vai para

3:51

atrapalhar, se fosse para mostrar conosco o que está acontecendo como está vivendo essas pessoas (sic), como é que a pessoa perdeu o emprego que que tem

3:58

dentro da geladeira dela, não tinha problema nenhum, mas vai...vai para falar assim.. pegar furo meu, o cara tirou a máscara. Fica a matéria que eu fui em tal local e sem máscara então a gente não faz ...

4:09

A gente não faz isso daí com a imprensa e vamos continuar fazendo bem

b) Análise do trecho I

Nesse pequeno fragmento, o enunciador demonstra novamente sua baixa estima para com a imprensa, deixando claro que acredita que ela não faz um bom trabalho e se concentra apenas em explorar pequenas fofocas sobre ele, em vez de abordar a real situação da população pobre do país. Esse modo de referir aos grandes veículos de comunicação reflete novamente uma tentativa do enunciador de deslegitimá-los, de modo que suas críticas pareçam mera perseguição e, por esse motivo, não devem ser acompanhadas.

Ao reiterar essa deslegitimação, o líder não apenas busca livrar-se de toda e qualquer crítica feita pela mídia e afastá-la do cidadão, mas também colocar a si próprio e a seus aliados como fonte principal de informação acerca de seu governo. Nesse sentido, a própria *live* semanal seria uma ferramenta para a obtenção de informações verdadeiras.

Também é possível observar que o enunciador, ao indicar aquilo que deveria e não deveria ser objeto de interesse da imprensa, está, na verdade, orientando-a conforme a sua própria política de governo contra a covid-19. Isso porque, ao pedir para que a imprensa mostre a geladeira das pessoas empobrecidas, Bolsonaro está argumentando a favor de sua política anti-isolamento social, alegando que ela causa pobreza. Ao mesmo tempo, ao atacar as críticas acerca de sua opção por não usar máscaras, ele igualmente defende sua política de não obrigar as pessoas a utilizá-las, o que considera uma ofensa à liberdade do indivíduo.

Por fim, ao afirmar que passeia de moto, objeto simbolicamente associado à rebeldia, despistando os seus inimigos da imprensa, o político evoca a formação discursiva de seu coenunciador. Trata-se de uma imagem quase hollywoodiana, construindo para si o *ethos* de um homem rebelde, viril, indomável e heroico, capaz de escapar de seus inimigos e perseguidores. Ao mesmo tempo, ao passear de moto com seus simpatizantes, o então presidente adiciona ao seu *ethos* a característica de um homem de lazeres simples e populares, sendo sempre acessível ao povo que o ama.

c) Trecho II

7:52

Jogo rápido aqui, “vai criar o caos” entre aspas diz Ministro Barroso sobre voto impresso. Olha eu acho

7:59

que ele é o dono do mundo, o Barroso só pode ser o homem da verdade absoluta, não pode

8:05

ser contestado. Eu tô (sic)preocupado se Jesus Cristo baixar aqui na terra ele vai ser..

8:10

ele vai ser boy do ministro Barroso, ninguém aceita mais esse voto que tá aí, como

8:15

vai falar que esse voto é preciso, é legal, é justo e não é fraudável? Única

8:22

republicueta do mundo, eu acho que talvez, é a nossa que aceita essa porcaria desse voto... desse voto eletrônico, isso tem

8:31

que ser mudado e digo mais, se o parlamento brasileiro votar por maioria

8:37

qualificada, 3/5 na câmara e no senado aprovar e promulgar, vai ter voto

8:44

impresso em 2022 então e ponto final e não podem falar mais nada, vai ter voto impresso.

8:51

E se não tiver voto impresso é porque não vai ter eleição ! Acho que o recado tá dado, não sou dono da verdade mas eu respeito

8:57

o parlamento brasileiro, assim como eu respeito o artigo 5º da Constituição, que foi

9:03

votado lá pelos constituintes de 88. Nós devemos aprender a respeitar, por mais

9:09

que eu não goste de alguns dispositivos da Constituição, eu tenho que aceitar a Constituição como um todo e ponto final , eu acho que eu não tem..

9:16

quem.. Eu acho que o (nome inaudível) falou algum artigo da Constituição que ele é contrário , ta lá, no artigo 7, se eu não me engano.

9:24

No Brasil não haverá pena de morte, caráter Perpétuo, banimento, trabalho

9:31

forçado e banimento. Eu acho que o (nome inaudível) gostaria de mudar algum desses dispositivos, pelo menos a prisão perpétua ele gostaria que tivesse, não é mesmo?

9:38

Interlocutor: Pena de morte também

9:45

Vamos falar apenas aí em caráter Perpétuo você não pode... você pode apresentar uma emenda mas

9:51

não vai ser votada tem que a Comissão de Justiça simplesmente jogar no arquivo, assim como não pode mudar o

9:57

artigo 5º, não pode mudar nada. Agora voto impresso ...olha quem acha que não tem

10:04

fraude, por que que tá com medo do voto impresso? Não tem problema nenhum, é o contrário...

10:10

é o contrário, tá? Quem quer uma democracia, quer que eu voto valha de

10:16

Verdade, tem que ser favorável a quaisquer novas medidas para tornar o voto o que?

10:23

Auditável. Então, parabéns a deputada Bia Kicis, autora do projeto. Parabéns,

10:28

Arthur Lira, presidente da câmara dos deputados que já instalou a comissão, aguardando o líder....

10:34

indicado pelos integrantes da comissão e botar pra frente. Agora, quem

10:39

for contra, é sinal que ou acredita em Papai Noel ou tá do lado do Barroso, né?

10:44

Ou ainda, sabe que pode ter fraude e ele vai se beneficiar, o partido dele vai se

10:50

Beneficiar. Alguns acham que pode ter fraude apenas para Presidente, se engana pode ter pra Senador, pode ter pra Deputado Federal e podejo ter pra Deputado Estadual.

10:57

E se vier um fraudão aí né? Eu sei que aumentativo de fraude não é fraudão

11:04

Mas se tiver um fraudão aí você vai reclamar para quem? Para o papa depois?

Acabaram as eleições de 22 você fala

11:10

Poxa no meu bairro aqui teve cinco votos a sessão, como pode isso? Não tem cabimento, minha família toda votou.

11:17

Você vai reclamar para o Papa. Que você acha que pode fraudar para presidente e não vai te atingir.

11:23

Vai atingir todo mundo! Eu espero que todos aí, entrem em contato com o seu parlamentar para que ajude a

11:30

aprovar o voto auditável, a PEC da deputada Bia Kicis aqui de Brasília

d) Análise do trecho II

Ao comentar a opinião do ministro Barroso do Supremo Tribunal Federal, o enunciator mostra sua antipatia para com a corte, que, inclusive, é uma das principais vítimas de seus ataques estudados no presente trabalho. Nesse caso, a divergência gira em torno da questão do voto impresso, defendido por Bolsonaro ainda em seus tempos no legislativo e que se tornou uma pauta frequente durante seu mandato.

Para o político, a afirmação de que o voto impresso causaria caos no país foi uma demonstração da arrogância de Barroso, acusado de agir como se soubesse de tudo. Essa acusação ainda ganha um tom de deboche, quando o presidente afirma

que “se Jesus Cristo baixar aqui na terra ele vai ser *boy* do ministro Barroso” , como se a prepotência do ministro fosse tão grande, que seria capaz até mesmo de subjugar a principal figura do cristianismo.

Como poderá ser visto em outras análises, Jair Bolsonaro frequentemente se vale de gírias¹ (*boy*) em seu discurso, em especial ao atacar os seus desafetos. Vale lembrar que esse uso, por mais que não seja comum dado o seu cargo, não é algo completamente inovador, ainda mais ao contexto oral em que foi proferido. A utilização desse vocábulo pode ser considerada uma estratégia do enunciador não apenas de rebaixar a imagem de seus desafetos, tornando-os ridículos diante da população, como também de auxiliá-lo na criação de seu *ethos*. Assim, ele se mostra como uma pessoa acessível e divertida, que conversa com o povo como se fosse apenas um amigo, distante das formalidades do cargo.

Nesse trecho, chama a atenção a própria incoerência do ataque do enunciador, uma vez que, na qualidade de ministro do Supremo Tribunal Federal, é mais do que esperado que Barroso opine acerca de temas que envolvam o Direito Constitucional e as eleições, pois estão interligados à sua área de atuação. Logo, não há nenhuma arrogância de sua parte ao opinar sobre o assunto. Além disso, temas como este são de interesse de toda a população e podem ser discutidos por qualquer um, de forma que tratar como prepotência o mero fato de alguém opinar sobre o assunto nos parece mais uma tentativa de silenciar e menosprezar opiniões divergentes.

Ao argumentar acerca da não confiabilidade da urna eletrônica, Bolsonaro afirma acreditar que o Brasil é a única “republicueta do mundo [...] que aceita essa porcaria desse voto”. O termo “republicueta” nos chama especialmente a atenção e merece uma análise à parte, a começar pela sua definição no dicionário Michaelis (s.d):

PEJ 1 Pequena república; república insignificante.2 República em que as instituições jurídicas legais são constantemente ameaçadas, seja pela corrupção de seus representantes seja pela violação dos direitos dos cidadãos.

¹ A gíria é apontada por Preti (2000) como um vocábulo típico da língua oral, que apenas ocasionalmente aparece na escrita e está ligado exclusivamente a uma comunidade social restrita, sendo, portanto, alvo de desprestígio. Todavia, ela muitas vezes acaba se vulgarizando, saindo do seu grupo de origem e se integrando à linguagem comum, inclusive em textos jornalísticos e na fala de políticos, ainda que não se torne parte da variante de prestígio.

A partir dessa definição, podemos observar que, ao chamar o Brasil de republiqueta, o político revela certo desprezo pela própria pátria que governa, contestando tanto a sua importância no cenário mundial quanto o seu sistema democrático. A crítica a este último parece ocupar lugar de destaque nesse caso, visto que, ao questionar a idoneidade das urnas, o então presidente igualmente questiona o próprio sistema democrático do país, que inclusive o elegeu. Esse menosprezo à pátria entra em contraste com o *ethos* de patriota construído por Bolsonaro sobre si e os seus, pois, ainda que o seu desprezo advenha justamente do voto eletrônico — como nos dá a entender nesse trecho —, o termo acaba rebaixando o país em sua totalidade, diminuindo sua importância.

Após contestar as urnas eletrônicas e demonstrar a sua desconfiança para com a democracia brasileira, Bolsonaro ameaça cancelar as eleições caso o voto impresso não seja colocado em prática. Ainda que se utilize de uma situação hipotética na qual essa ação seria aprovada pelo legislativo e barrada apenas pelo STF — o que não ocorreu —, esse tipo de ameaça revela o *ethos* de um presidente tão poderoso que pode ou não permitir o acontecimento de novas eleições, e que o fará apenas se acreditar na idoneidade do processo democrático. Caso contrário, está munido de capital político e militar capaz de impedir um processo democrático apenas com a sua vontade.

Esse *ethos* contrasta em especial com o termo “republiqueta”, pois diminui a imagem do país em detrimento da imagem do presidente. Dito de outro modo, se o Brasil aparece como um país frágil cuja democracia não é confiável, Bolsonaro se apresenta como um governante forte, um herói disposto a “salvar o país” de uma democracia fraudulenta e recuperar a sua dignidade.

Ademais, é interessante observar os desdobramentos do tema durante e após a eleição de 2022, que decretou a derrota de Bolsonaro. De tanto incitar seus seguidores contra o voto eletrônico, alegando que ele não é confiável, criou-se no país um clima de caos em que parte da população não apenas não acreditou nos resultados da eleição, como também protestou parando rodovias, acampando na frente de quartéis e invadindo o palácio da alvorada, que foi depredado.

Diante dessas manifestações, fica claro que os seguidores de Jair Bolsonaro acreditaram em suas palavras não apenas acerca da fraudulência das urnas e das eleições, mas também em seus *ethos*. Isso porque o viam como alguém realmente capaz de cancelar as eleições e tomar o poder para si.

e) Trecho III

12:50

Vamo lá, a imprensa vem aí me criticando,

12:56

questão da pandemia quando fala em desemprego e só fala sem dados, sem base sem provas .“ Presidente

13:04

diz que os pobres perderam poder aquisitivo no Brasil”. Vamos lá, notícia

13:10

aqui da Quest “Endividamento dos mais pobres cresce na pandemia”, não precisa

13:17

explicar isso, é verdade, ou não é? Infelizmente, é verdade. O que cresce bastante, olha,

13:23

“lucros da AstraZenica dobra e empresa mantém perspectiva para 21”, é vai aumentar o lucro em 21, né?

13:33

ou com toda a certeza, aí se a pandemia continuar ,vai aumentar o lucro em 22 23

13:41

e 24. Agora eu continuo dizendo que eu não sou cientista, não sou médico, não sou

13:48

Infectologista, mas devemos continuar procurando um remédio para a questão do Covid.

13:54

E a CPI hoje ela bateu muito no Queiroga, né? Cloroquina, Cloroquina...

13:59

O tempo todo Cloroquina... a o presidente falou o...

14:05

Se eu fui tratado com cloroquina e ponto final. Davi Uip, secretário de

14:12

saúde lá do Dória, usou levou até que apareceu a receita médica ficou ,,

14:19

ficou na banana, falei com vários senadores, eu vou chutar aqui que no

14:24

mínimo, no mínimo dez senadores usaram isso, aqui numa...levanta o braço aqui quem usou

14:30(sobreposição de vozes)

Já usou? Já usou? Já usou?

14:36

Aqui... aqui... lá, todo mundo usou, pô?

14:42

Eu acho que quem não tem uma alternativa, cala a boca e deixa de ser canalha

14:48

com quem usa alguma coisa. Eu vou abrir o jogo, agora, aqui, agora pra imprensa

14:54

bater em mim amanhã, quando eu tenho problema de estômago, alguém sabe o que eu tomo? Quando eu tenho problema de estomago,

15:01

no churrasco, tô mal, sabe que eu tomo? Eu tomo Coca Cola e fico bom, é problema meu.

15:09

O bucho é meu, talvez, talvez

15:15

a Coca-Cola meu bucho, todo corrido pela Coca Cola, me salvou da facada do

Adélio

15:20

Dêem porrada em mim amanhã, Folha de São Paulo, Globo, Estadão, ajuda aí

15:30

Isto é, Uol, essas porcaria toda, dêem porrada em mim.

f) Análise do trecho III

Nesse trecho, novamente observamos a tentativa de o enunciador descredibilizar a mídia quando faz críticas a seu governo, afirmando que elas são feitas sem base e sem dados, ou seja, visando apenas a prejudicar o seu governo. Sendo assim, Bolsonaro constrói um *ethos* de vítima, perseguida e injustiçada com relação aos meios de comunicação.

Merece especial o termo “levar porrada”, não apenas pela informalidade — que ajuda na construção de um *ethos* descontraído do político e o aproxima de seu público —, como também pelo fato de remeter à violência. Vale lembrar que a palavra é

definida no dicionário Michaelis [s.d] como “pancada com cacete; bordoadada, cacetada”. Dessa forma, ao se valer dela, o enunciador equipara as críticas da mídia a um ato de violência física e ressalta ainda mais a falta de caráter de seus críticos e o seu papel de vítima.

O mesmo podemos inferir quando Bolsonaro afirma que “a CPI bateu em Queiroga” ao questioná-lo sobre o uso da cloroquina. Isso porque, ele também se utiliza de um termo que faz referência à violência física para se referir às críticas e questionamentos sofridos por seu ministro e aliado.

Esse *ethos* de vítima é frequente no discurso do então presidente, especialmente quando se refere aos seus desafetos, como a mídia e o Supremo Tribunal Federal. Dessa forma, ele busca se desvencilhar de todas as acusações que essas instituições fazem à sua pessoa — muitas vezes, em relação à sua postura violenta — e afasta de si o estereótipo de opressor, que, em diversas ocasiões, foi inclusive reverenciado por seus seguidores.

Ao se colocar como vítima, o enunciador se sente livre a manter a sua conduta, ainda que seja considerada violenta; afinal, todas as críticas com relação a ele se tornam mera perseguição. Além do mais, ao tornar essas instituições meros perseguidores, Bolsonaro descredibiliza toda a sua importância para o sistema democrático, buscando enfraquecê-las e afastá-las da população a fim de que esta última não mais nelas acredite. Sendo assim, podemos qualificar essa postura como um estado de violência, conforme a teoria de Michaud (1989).

Acerca da cloroquina, verificamos uma defesa enfática do uso do medicamento que, apesar de não ter seu uso comprovado pela ciência, é visto como única alternativa pelo presidente. Nesse caso, ele equipara o medicamento ao uso da Coca-Cola que, embora também não tenha comprovação científica, segundo a tradição popular, cura mal-estar no estômago. Dessa forma, faz uma justaposição entre o saber científico e o saber popular, como se o segundo viesse em socorro quando o primeiro falha.

Chama especial atenção a hipótese levantada por Bolsonaro de que o consumo de Coca-Cola pode tê-lo salvado da facada que levou durante as eleições, pois isso atenta contra qualquer lógica científica, soando até aleatório em meio ao seu discurso. A partir da sensação de aleatoriedade, parece-nos que sua evocação seja muito mais para lembrar o atentado por ele sofrido, reforçando ainda mais o seu *ethos* de vítima,

que não é atacado apenas com calúnias, mas por um ato de violência física que poderia ter ceifado sua vida.

Ademais, Bolsonaro ataca diretamente aqueles que se mostram contrários ao uso da cloroquina ao mandá-los “calar a boca” e chamá-los de “canalhas”. Nesse ponto, notamos uma subida de tom na fala do presidente, utilizando termos que remetem muito mais a uma posição de briga do que uma mera discordância e aproximando-se do enunciador excessivo aludido na segunda seção, que normalmente está associado ao discurso da intolerância e se mostra passional e pouco disposto a manter diálogo com quem não concorda.

O enunciador também cria em sua fala um cenário no qual a cloroquina, apesar de não ter sua eficácia comprovada pela comunidade científica, é a única opção para aqueles que sofrem de covid-19. Por conseguinte, retirar deles essa opção é também retirar toda sua esperança de melhora.

No entanto, vale a pena ressaltar que, embora a comunidade médica e científica não tivesse, até aquele momento, nenhuma cura para a doença, as pessoas recebiam tratamento nos hospitais e, na maioria das vezes, sobreviviam a ela. Além disso, havia recomendações relacionadas à prevenção, como o isolamento, o uso de máscaras e posteriormente a vacina, em diversas ocasiões criticados pelo ex-presidente.

Em suma, o enunciador construiu, para os críticos da cloroquina, a imagem de pessoas que não se preocupam com a doença ou com a saúde da população, escondendo que grande parte delas estava trabalhando em prol da prevenção da enfermidade. Em contrapartida, ao rebaixar a imagem de seus críticos, Bolsonaro exalta a sua própria, construindo o *ethos* de um presidente preocupado com o povo, que compreende a necessidade da população e que, diante de uma moléstia incurável, entende que as pessoas podem buscar uma tentativa de cura fora do meio científico.

g) Trecho IV

18:00

Eu descobri hoje que na CPI... eu descobri descobri que nós (inaudível)

18:01

assim não dá para ouvir tudo, né? Porque primeiro que é uma xaropada, né?

Raramente tem um senador ali...

18:08

raramente, não. Tem uns senadores ali que bem-intencionados fazem um(inaudível), mas tem uns 4 ali que, pelo amor de Deus, sabe tudo, hein?

18:20

Vocês deviam se apresentar, se apresente você hoje, para ser ministro da saúde, te nomeio á no lugar do Queiroga e vai resolver o problema das mortes no Brasil. São os mesmos de sempre, três ou quatro de sempre.

18:30 Eu fiquei 28 anos dentro da câmara, eu sei o que é CPI e na maioria das vezes pra que serve.

18:34

Sabem tudo.ó, porque você não fez isso? porque você fez aquilo? mas o presidente falou isso. Uma lá, olha só, olha é eu não tava eu

18:42

queria estar na CPI. Eu vou, né? Queria estar na CPI, né? “Atenção ai, Ministro, quais dessas frases aqui

18:50

mais matou gente no Brasil? Só frase do presidente Jair Bolsonaro, botou várias frases lá. Sabe qual seria a minha resposta?

18:57

O prezado Senador, prezado excelentíssimo senador, frase não mata ninguém, o que mata é

19:05

desvio de recurso público que seu estado desviou, então vamos investigar o teu filho que a gente

19:12

resolve esse problema, desvio mata, frase não mata. Parabenizo os senadores que

19:20

fizeram um trabalho excepcional, não é do meu lado, é uma verdade

h) Análise do trecho IV

Nesse trecho, Bolsonaro questiona a idoneidade de alguns senadores na CPI da covid-19, apontando que um deles teria afirmado que algumas de suas frases teriam sido responsáveis pela morte de brasileiros. Diante dessa acusação, o então presidente se mostra indignado não apenas por sua gravidade, mas também por parecer uma ideia absurda, visto que argumenta “frase não mata ninguém”. Essa alegação nos interessa sobremaneira, pois reflete a própria compreensão do ex-

presidente acerca da definição de violência, aqui representada especificamente pelo assassinato.

O caso relatado pelo enunciador refere-se a um momento da CPI da covid, ocorrido em 3 de maio de 2021, no qual Renan Calheiros, senador e também relator, elencou diversas frases de Bolsonaro em que o ex-presidente mostrava sua postura negacionista, minimizando a gravidade da pandemia e fazendo propaganda de remédios ineficazes e críticas a medidas preventivas. Para o senador, é possível ligá-las à morte de milhares de brasileiros, levando-os a comportamentos perigosos.

Podemos interpretar que, quando o senador afirma que as frases mataram, evoca, de sua formação discursiva e ideológica, uma concepção de violência que não contempla apenas os atos mas também os estados de violência. Desse modo, para a violência que ocasionou essas mortes não atentou diretamente a vida dessas pessoas em um único instante, mas foi promovida de forma indireta e reiterada por meio do discurso do poder vigente, afastando o povo da verdade e os influenciando a tomar atitudes que atentavam contra suas vidas

Já na formação discursiva de Bolsonaro, a concepção de violência difere da de Calheiros, pois, ao desconsiderar a possibilidade de frases serem responsáveis pela morte de pessoas, o político parece limitar o conceito de violência e assassinato apenas ao de atos de violência, ou seja, quando se manifesta de forma direta. Assim, afirmar que uma frase é capaz de matar parece-lhe uma ideia absurda e digna de risos.

i) Trecho V

17:25

Certo vou continuar aqui. É... lucro com Astrazenica.

17:30

O cara produziu tem que lucrar, agora remédio barato né? Com toda a certeza vão

17:36

inventar aí uma cloroquina aí turbinada, uma... de uma cor diferente, mais uma cor diferente, um azulzinho,

17:41

um amarelinho, né? Fala que serve também para distúrbio sexual e vai ser vendido para

17:47

curar Covid, com toda a certeza. Vamos em frente, a Fio Cruz é autorizada aqui o.. a

17:53

Insumos da vacina AstraZenica começou lá com o Pazuelo lá atrás. Eu descobri hoje que na CPI

18:01

não dá para ouvir tudo, né? Porque primeiro que é uma xaropada, raramente há um senador ali, raramente não!

18:08

Tem senadores bem intencionadas fazendo um (inaudível), mas tem uns 4 ali que pelo amor de Deus sabe tudo

18:15

E você devia se apresentar se apresente você hoje pra ser ministro da Saúde, eu te nomeio

18:20

Lá no lugar do Queiroga e vá lá resolver os problemas das mortes no Brasil. São os mesmo de sempre..3 ou 4 mesmo de sempre

j) Análise do trecho V

Novamente em relação ao tema “cloroquina”, o enunciador lança dúvidas acerca das pesquisas que negam sua eficácia contra a covid-19, como se fossem manipuladas apenas porque um resultado favorável não daria lucro às redes farmacêuticas, que prefeririam lançar um remédio similar com outro nome e cor, vendendo-o com maior preço. Essa afirmação reforça a imagem já criada anteriormente, a de que os críticos do uso da cloroquina não são pessoas preocupadas com a saúde da população, mas apenas com a obtenção de maior riqueza.

Bolsonaro também ataca a CPI da Covid, chamando a atuação dos senadores que o criticam de “uma xaropada”, apelando outra vez para termos informais a fim de minimizar a CPI e, ao mesmo tempo, gerar aproximação com seu interlocutor. Além disso, ele caracteriza seus críticos como pessoas que apenas falam e que, por não enfrentarem pessoalmente os problemas, são indignos de ser ouvidos, pois pouco sabem sobre a função de presidente e ministro da saúde. Dessa maneira, remete-se a um famoso ditado popular que faz parte da formação discursiva brasileira, segundo o qual “falar é fácil”, contrapondo as pessoas que criticam e nada fazem às que são criticadas por se arriscarem a fazer e, conseqüentemente, errar.

k) Trecho VI

19:26

Amanhã estaremos se Deus quiser na ponte do Abunã. É uma ponte sobre o Madeiro para

19:35

(intromissão no áudio feita pela Jovem Pan para informar o horário)

19:43

um detalhe, aqui por que que essa ponte aí tava há mais de dez anos para ser

19:49

construída e não era? Tinha o comércio das balsas, vamos lá, tem os dados aqui da

19:55

Internet, pode ter um uma pequena imprecisão, mas como regra é isso, então as

20:00

balsas aí transportavam o dia em média 2 mil veículos por dia, pegou aí?

20:06

Balsas levando de uma margem a outra dois mil por dia, carro de passeio, só tá

20:13

com teu fusquinha lá, 20 reais, busão ônibus 70, bitrem 149, fizemos uma

20:21

média de 50 reais, média 50 reais vezes

20:26

2 mil veículos ,por isso eu fiz a conta certa aqui 2 mil vezes 50 reais, 100 mil reais né, 100 mil reais por dia.

20:37

Olha o poder de Lobby dessa galera que não vou dizer que fizeram , pra não sair a ponte

20:42

o Tarcisão chegou lá, né? Com a sua beleza, né? E botou para quebrar

20:48

e acabou... acabou a porra, tá? e amanhã estaremos lá

20:54

Inaugurando, sabe o que o Jornal Nacional vai dar? eu não assisto essa porcaria isso é um lixo. Eu prefiro assistir aí Chaves, né? muito melhor, muito melhor, tá vai dizer

21:07

que o presidente sem máscara tava na ponte, é o que vai falar. Já não encheu o

21:12

saco de falar isso aí? Quer que eu faça um discurso com máscara? Como está em São Paulo?

21:17

Foi a Folha, eu tava gradeado lá em São Paulo, fui lá a passeio

21:23

de jet-ski e mergulhei, fui lá falar com o povão. O Estadão “Bolsonaro Nada Sem

21:31

Máscara na Praia Grande” (risos) É para fazer piada

21:37

A imprensa é boa

I) Análise do Trecho VI

Nesse trecho, mais uma vez, a mídia é o principal alvo de críticas do enunciador. Dessa vez, o então presidente, ao comunicar que está indo para inauguração da ponte, reforça todo o trabalho feito por seu ministro para, depois, afirmar que, ao cobrir o evento, a mídia não falará nada, concentrando-se apenas no fato de ele não ter usado máscara.

Vemos aqui mais uma tentativa de desacreditar a mídia, visto que a caracteriza como uma instituição que não se interessa pelo desenvolvimento do país e se opõe a Bolsonaro não apenas criticando a sua postura, mas omitindo os seus feitos e as boas ações de seu governo. Com isso, dá a entender ao seu coenunciador que não apenas essa ponte, mas todas as boas ações de seu governo são omitidas da população, reforçando novamente o *ethos* de vítima e de perseguido, ao mesmo tempo que faz de seu canal a única fonte de informação fidedigna.

Deve-se ressaltar que, ao afirmar que a mídia só sabe criticá-lo pelo não uso de máscara em detrimento das obras por ele inauguradas, o enunciador parece minimizar a importância da questão das máscaras no período em que o país vivia uma pandemia com altos índices de infectados, internados e mortos, bem como o impacto que o seu ato, na qualidade de figura política máxima do país, poderia ter no

comportamento da população. Assim, o tema é tratado como um assunto secundário e supérfluo.

O enunciador vale-se novamente do humor para deslegitimar as críticas de seus desafetos. Por mais que, de fato, tenha sido noticiado o não uso de máscara pelo presidente durante um banho de mar, a sua escolha — e não a de outros títulos que também apontam essa transgressão à norma sanitária — faz com que todos pareçam tão absurdos quanto e, portanto, sem nenhuma seriedade.

m) Trecho VII

30:51

Nosso querido marqueteiro da Globo,

30:58

Mandetta, disse que a vacina poderia ter começado no Brasil em novembro.

Mandetta

31:05

(inaudível)

31:11

Só que a primeira pessoa a ser vacinado no mundo não foi em Novembro, foi em dezembro dia

31:18

oito de dezembro no Reino Unido, que é fabricante da vacina.

31:24

Então o ex-ministro da saúde falar de fora é

31:30

fácil. O Mandeta é aquele cara que condena a cloroquina e fala o quê para

31:35

você? “Fica em casa” e quando você estiver sentindo falta de ar (Bolsonaro nesse momento imita uma pessoa com falta de ar), aí você vai para hospital, pra fazer o que?

31:43

para tomar o que? Se não tem nenhum remédio comprovadamente científico?

31:49

Para ser entubado. Esse é o protocolo do Mandeta! É aquele que critica a Cloroquina, a Ivermectina

31:56

e não apresenta uma alternativa. Esse é um canalha! Esse é um canalha! Eu não posso falar outra coisa

32:03

de quem age dessa maneira e eu posso falar aqui a Coca-cola tá? Faz

32:10

mal pro seu estomago, mas pra mim faz bem e não apresenta uma alternativa.

32:17

Bom, então continua a cpi da covid

32:22

Não tem do que nos acusar, fizemos tudo o possível, somos o país que mais.. o quarto mais..que mais tomou vacina no mundo

32:29

começando agora a vacinar em janeiro, fizemos vários contratos ano passado para

32:34

pagar depois da aprovação da Anvisa, que quem topou, tudo bem, a própria Pfizer..

32:41

Teve um twitter agora do presidente da câmara mostrou Rodrigo Pacheco dizendo que após

32:47

aprovação e sanção da tua lei de 10 de Março,

32:53

agora abriu as portas para que o governo pudesse importar a Pfizer, pronto, você que critica,

33:01

você leu o contrato? Se não leu, cala a boca!

n) Análise do trecho VII

Ainda sobre a CPI da Covid, o enunciador começa sua fala se referindo ao seu ex-ministro da educação, Mandetta, que saiu do cargo devido a divergências com o então presidente no tocante às medidas sanitárias da pandemia de covid-19 e que, por essa razão, foi chamado por diversos veículos de comunicação, e inclusive pela CPI, para depor.

Ao apresentá-lo como “nosso querido marqueteiro da Globo”, o enunciador invalida a sua figura, mostrando que seus depoimentos nada mais são do que fruto de uma aliança entre ele e a Globo. Em outras palavras, Bolsonaro une dois dos seus

desafetos em apenas um conluio, reafirmando que ambos estão unidos contra a sua pessoa, enfatizando mais ainda o seu *ethos* de vítima. Ademais, ao colocar Mandetta como “marqueteiro da Globo”, o ex-ministro é caracterizado como alguém que não está interessado na saúde pública, mas cujo objetivo é apenas propagar os interesses mercadológicos de uma empresa privada, que, no caso, assim como boa parte da mídia, conspira contra o presidente .

Além disso, há nessa apresentação uma ironia² óbvia na utilização de “nosso querido”, uma vez que Bolsonaro e Mandetta tiveram grandes desavenças. Isso pode ser observado no próprio conteúdo do trecho, no qual critica as falas do ex-ministro contra a política sanitária do governo em vigor

Essa ironia ganha maior obviedade e tom de sarcasmo ao anteceder o termo “marqueteiro da Globo”, que, conforme já explicitamos , por si só, denota desprezo e crítica ao antigo ministro. Assim, há, nessa combinação de termos, um forte efeito de contraste, que reforça a ironia e a comicidade, de modo a diminuir ainda mais a figura de Mandetta, tornando-a alvo não apenas de críticas, mas também de risos.

Todavia, o que tornou esse trecho especialmente famoso entre as *lives* de Bolsonaro foi a imitação que ele fez de uma pessoa tendo falta de ar, com o fito de demonstrar como chegaria no hospital caso seguisse as orientações do ex-ministro. Essa imitação foi interpretada por seus críticos como uma mostra de insensibilidade, pois evocava uma cena que milhares de famílias haviam presenciado pessoalmente e em relação à qual ainda carregavam traumas, em decorrência da epidemia de covid-19 que ainda se alastrava pelo país.

Ao fazer a imitação, parece-nos que o enunciador tem por objetivo evocar, em seu coenunciador, essa cena traumática justamente para torná-lo mais sensível ao tema e, dessa maneira, fazê-lo acatar, com maior facilidade, a imagem de Mandetta não apenas como um crítico de Bolsonaro, mas também um agente responsável pelo sufocamento e morte de milhares de pessoas. Por conseguinte, caso não fosse afastado do cargo, poderia ocasionar ainda mais mortes.

Por fim, há nesse trecho a retomada de vários outros termos e situações já tratados na análise dessa *live*. Entre eles, destacamos: o uso da cloroquina como o único meio possível de cura para a covid-19, a sua comparação com a Coca-cola no tratamento de desconforto gastrointestinal e o uso da expressão “cala a boca”,

² A ironia, segundo Benetti (2016), é uma figura de linguagem em que se diz o contrário do que se pensa e que pode ser classificada como sarcasmo quando tem sentido pejorativo.

compreendida como uma manifestação de seu desejo por silenciar aqueles que dele divergem.

4.3.3 Live III

A terceira e última *live* a ser analisada ocorreu no dia 2 de setembro de 2021. Nela, Bolsonaro encontra-se sentado em uma mesa ao lado do Ministro de Ciências e Tecnologia, Marcos Pontes, e de um intérprete de libras. Como os dois primeiros conversam ao longo da transmissão, optamos por deixar as frases do ministro em negrito e também analisá-las.

A escolha se deu uma vez que essa *live* antecedeu as manifestações do dia 7 de setembro de 2021, na qual apoiadores do presidente fizeram uma grande passeata criticando os outros poderes, em especial o STF. Havia, na ocasião, o temor, por parte da população e da imprensa, de que o presidente tentasse dar um golpe de Estado. Embora nada tenha acontecido, consideramos que o clima de tensão que envolvia essa data proporcionou um rico material de análise

Da referida transmissão, selecionamos três trechos que consideramos mais expressivos. No primeiro, o político rebate as acusações de ter prejudicado a compra de vacinas contra a covid-19; no segundo, critica governadores por se utilizarem da vacina como *marketing* pessoal; e, no terceiro, manifesta-se a favor dos atos de 7 de setembro.

a) Trecho I

4:57

Vamos lá, há um tempo atrás, pessoas descendo o cacete (sic) na gente

5:04

que a gente ... nós recebemos ali 60 e-mails da Pfizer, não

5:10

demos bola pra Pfizer , não compramos a vacina não sei o que, por isso não tinha mais aquela história toda... dessa mídia,,

5:16

que nós temos no Brasil, com as honrosas exceções. Nós maltratamos tanto a

5:22

Pfizer, que a Pfizer anunciou semana passada aqui ...87 a semana passada

5:28

Presidente, pra essa gente: João 832 “conhecereis a verdade e a verdade vos libertará” ,aqui temos é um ambiente de negócios que foi proporcionado pelo seu governo

5:36

muito propício que essa indústria farmacêutica fez uma parceria com outra indústria privada brasileira

5:42

montaram aqui uma linha de produção para vacina da Pfizer, sem um centavo do governo brasileiro

5:48

de negócios do Brasil, eles acreditam no nosso então eles acreditam num ambiente sistema único de saúde confiam na nossa Anvisa que só dá

5:55

aval para produtos que tem eficácia comprovada e com isso nós conseguimos até agora

6:01

presidente, distribuir 230 milhões de doses de vacina, isso não é pouco, mais de

6:07

190 milhões de doses de vacinas aplicadas, 80% da população adulta vacinada com a primeira dose,

6:15

já ultrapassamos inclusive os Estados Unidos em relação a primeira dose e vamos celebrar também ultrapassar também em relação a

6:22

segunda dose. O senhor me deu uma missão e eu tenho que cumprir, então até o final de outubro vamos vacinar todos acima de 18 anos.

b) Análise do Trecho I

No trecho, podemos observar que o ex-presidente se coloca novamente como vítima de mentiras articuladas pela mídia que o acusa de ter ignorado a empresa farmacêutica Pfizer na compra de vacinas contra a covid-19. Ao se colocar nesse papel, o *ethos* de Bolsonaro busca apresentar sua inocência ao desacreditar os veículos de informação que noticiaram o fato, dando a entender que poucas são as mídias sérias do país e que o retratam com justiça.

Ao se manifestar dessa forma, o enunciador cria uma relação de oposição entre si e a mídia brasileira, apontando-a como uma antagonista de seu governo e colocando em dúvida a sua credibilidade e veracidade. Para isso, busca comprovar a inverdade e, para tal, chama o ministro Marcos Pontes a fim de falar em seu nome, como testemunha de suas ações.

O conflito do enunciador com a grande mídia mostra-se também como um confronto de formações discursivas adversas, pois, em sua crítica, há uma desaprovação da própria liberdade de imprensa e, conseqüentemente, da liberdade de opinião dos veículos de informação. Contudo, o próprio presidente justifica-se com frequência, valendo-se do argumento da liberdade de expressão para poder atacar a imprensa e seus adversários. Assim, detectamos duas formações discursivas dentro

do próprio enunciador: a de que a liberdade de expressão deve ser limitada e a de que ela deve ser ilimitada.

Do mesmo modo, identificamos duas formações discursivas concernentes à relação entre a mídia e a verdade em confronto no discurso, visto que, ao afirmar que os veículos de informação mentem, o enunciador cria um contraponto à formação discursiva habitual de que eles são fontes de informação baseadas no profissionalismo, na fidedignidade e em uma certa neutralidade política, para, então, trazer uma nova formação discursiva. Nela, o político as caracteriza como entidades políticas e manipuladoras, que informam e desinformam segundo os seus interesses e não a realidade.

Marcos Pontes ficou conhecido por ter sido o primeiro brasileiro a ir para o espaço como astronauta. Por essa razão, sua figura se apresenta como a de uma pessoa ligada não apenas à ciência, como também ao pioneirismo e à inovação. Sua indicação empresta a Bolsonaro o *ethos* de um presidente que opta por cargos técnicos, e não políticos, para os ministérios, o que inclusive foi uma proposta de campanha, embora sua execução seja contestável

Em sua primeira fala, o ministro cita o seguinte trecho bíblico: “João 8:32 conhecereis a verdade e a verdade vos libertará”. Com isso, ele coloca duas formações discursivas — a da religião e a da ciência, muitas vezes vistas como opostas — como complementares, de modo a criar um *ethos* de um homem da ciência, mas que tem grande apreço pela religião cristã. Assim, afasta-se da imagem do cientista ateu tão difundida na sociedade, a qual entraria em confronto com o forte viés cristão fundamentalista do governo Bolsonaro.

Como já mencionamos, a frase dita por Pontes foi utilizada diversas vezes na campanha presidencial de Bolsonaro, de modo a construir um *ethos* não apenas de alguém alvo de mentiras, como também de detentor da verdade. Ademais, ao valer-se de um versículo bíblico, a imagem de bastião da verdade ganha ares de santidade, criando um *ethos* de detentor e defensor de uma verdade não apenas humana, mas também divina.

O uso do cristianismo por ambos os enunciadores, foi essencial à campanha e ao governo de Bolsonaro, uma vez que o ex-presidente tinha diversos aliados da ala evangélica, além de ter apoio maciço dos seguidores dessa religião. Por conseguinte, o uso de versículos e elementos que remontam ao cristianismo é frequente em suas falas e nas de seus aliados, buscando construir um *ethos* de homem cristão e defensor

de valores tradicionais, além de utilizar a religião como fonte de inspiração para suas decisões políticas.

A seguir, quando Marcos Pontes declara que a empresa Pfizer fechou uma parceria com uma empresa brasileira para produzir vacinas em solo nacional, ambos argumentam que, caso fosse verdade o que foi dito pela grande imprensa, tal parceria não seria possível.

Vale destacar o uso que Bolsonaro faz da expressão “descendo o cacete”, que, considerada calão, poderia ser facilmente substituída por uma mais polida, tal qual “criticando” ou “acusando”. O uso do palavrão costuma ser evitado por pessoas com alto cargo quando estão por ele falando, uma vez que atenta contra as normas de polidez e de formalidade que tais posições e situações sugerem. Todavia, o político em questão contraria essa regra e utiliza expressões dessa natureza com certa regularidade.

Embora o termo em questão não fosse especificamente dirigido de forma agressiva a ninguém, ao utilizá-lo, o enunciador ataca as críticas feitas ao seu governo na compra da vacina, visto que “descendo o cacete” remete a algo mais violento do que a mera crítica, remetendo literalmente a “bater” ou “agredir”. Dessa forma, ao utilizá-lo, atribui-se um caráter ainda maior de covardia e injustiça às críticas feitas, colaborando para a construção de um *ethos* vitimizado.

Ademais, o uso do palavrão dá à conversa um tom de informalidade, de modo que não só minimiza a crítica, tratando-a como algo menos sério e com menos respaldo, mas também transmite a imagem de um político mais popular e menos rebuscado, criando a impressão de proximidade com os seus seguidores, como se estivessem conversando com um amigo, e não com um presidente inacessível. Sendo assim, o enunciador subverte as regras comuns do gênero “pronunciamento do presidente” e se aproxima mais das próprias *lives de* YouTube, feitas por cidadãos que não têm um cargo de tal importância.

Por fim, verificamos que o enunciador constrói, por meio de sua fala, o *ethos* de uma pessoa perseguida e vitimizada, que luta contra tudo e todos e, em especial, contra a mídia, que diminui a sua imagem com mentiras. Além disso, constrói uma imagem de pessoa próxima e acessível, que apresenta uma linguagem informal semelhante à da população em geral e distante dos academicismos e preciosismos da língua e, até mesmo, das regras de polidez

c) Trecho II

6:29

Sabe, quando chega a vacina no Maranhão.. sabe quanto o estado mais pobre

6:34

mais gordo é o governador, né? O Maranhão é o estado mais pobre do Brasil, né? E o cara lá pesa lá umas 8, 9 arrobas ele faz

6:43

showmício que a vacina é dele, é isso mesmo! Fazem essas festas, gostam de aumentar ICMS no gás...

6:50

no gás, no combustível e ai vem inflação e a responsabilidade... querem terceirizar essa responsabilidade

6:56

o mesmo quando (sobreposição de vozes). A história da vacinas, quem comprou a vacina no Maranhão?, foi o governador ou o Governo Federal?

7:02 (Marcos Pontes)

O governo federal

7:02 Bem, ele faz festa o governador do Maranhão mas não comprou uma dose de vacina nada.

7:07MP: Nem governador.

7:09:

Agora ele não quer que instaure lá a CPI. Essa CPI armada

7:14

no circo, ele não quer que você investigue o consórcio no Nordeste do seu

7:19

Carlos Gabas que sumiu com 48 milhões de reais e não comprou um respirador.

7:25

Essa é a CPI da Covid que ontem humilhou um motoboy,

7:30

perguntaram pro motoboy de um pendrive que ele entregou na entrada, o que tinha no pen drive. Chegou nesse ponto

7:37

a CPI da Covid e hoje estou vendo aqui que o pessoal de Brasília ocupou por ali a

7:44

presidência e a relatoria porque estava ouvindo o secretário de saúde aqui

7:51

afastado do DF, ou seja, fazendo política o tempo todo. Então, essa vacina,

7:59

a Pfizer, tá botando uma fábrica aqui no Brasil, tá? Eu vou falar com Marcos Pontes, aqui também nós estamos devemos, aí vai

8:07

falar sobre vacina brasileira, tem umas 15 em andamento , né? Mas ok já. Quer que eu seja o primeiro a tomar a sua vacina, Marcão?

8:13

Mas seria bom

8:16

Seria bom, né? Já três com autorização da....

8:22

Eu não sei porque está em ai em 991, não sei nem se eu peguei esse negócio, eu peguei lá atrás, se eu peguei de

8:28

novo não fiquei sabendo, não senti mal nada , tô com 991. Tá bom ou não ?

8:30

Tá boa a defesa

8:32

Tá certo

8:34

Dizem que a melhor defesa é o ataque às vezes, né presidente?

d) Análise do Trecho II

Nesse trecho, destaca-se a forma como o enunciador Bolsonaro refere-se ao político Flavio Dino, então governador do Maranhão e de posicionamento político oposto ao seu, atacando o seu porte físico antes mesmo de criticar as suas atitudes. Ao falar que, quanto mais pobre o estado, mais gordo é o governador, ele não apenas mostra uma reprovação ao corpo do outro, mas também cria um comparativo entre esse corpo gordo e a pobreza da região, evocando ao seu interlocutor a ideia de que a pobreza do estado está diretamente proporcional à gordura de quem o governa. Assim, deixa subentendido que a comida que deveria estar no prato da população maranhense está, na verdade, na barriga de Flávio Dino. Em outras palavras, ao

destacar o peso do governador, o ex-presidente o acusa de corrupto e de causador da miséria de seu povo.

Vale ressaltar que essa associação do homem gordo ao excesso de riqueza e à opressão, em contraste com o povo pobre e conseqüentemente magro e famélico, não é nova e pertence a uma formação discursiva muito mais ampla. Isso pode ser verificado em algumas charges, como as apresentadas a seguir. Muitas delas, inclusive, criticam o sistema capitalista, apesar de ele ser defendido pelo então presidente.

Figura 1: Título?



Fonte: ?

Figura 1:



Fonte: ?

Dessa forma, podemos presumir que o enunciador busca resgatar da formação ideológica do seu interlocutor, imagens semelhantes às *charges* mostradas, colocando o seu desafeto político em uma situação não apenas vexatória, mas também acusatória.

Ainda sobre esse trecho, merece destaque o uso da arroba no lugar do quilograma para falar do peso do governador maranhense, uma vez que a primeira é utilizada normalmente para medir o peso de animais, tais como o porco e o gado, enquanto a segunda é utilizada para as pessoas ou animais de pequeno porte. Isso sugere uma animalização do adversário, comparando-o com animais de fazenda e abate e afastando-o de sua humanidade, como se ele a perdesse por meio de seu elevado peso.

A mesma expressão já havia causado polêmica ao ser proferida por Bolsonaro, quando, antes mesmo de ser eleito, em uma palestra feita na sede da Hebraica, no Rio de Janeiro, em 2017 ele disse: “Eu fui num quilombo. O afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas. Não fazem nada. Eu acho que nem para procriador ele serv...”. Essa frase lhe rendeu processos por parte de grupos quilombolas que se sentiram atacados, uma vez que o uso da arroba os comparava a animais, o que, para um grupo que foi, por muito tempo, desumanizado, configura uma agressão grave à sua dignidade.

Vale lembrar que a animalização foi apontada na seção 2 como um dos principais recursos temáticos e figurativos do discurso da intolerância. Esta última, por sua vez, sempre busca punir aquele que, de acordo com o intolerante, não respeita um pacto social. Dessa forma, o enunciador demonstra sua desaprovação ao corpo gordo, evocando o discurso da gordofobia, segundo o qual os indivíduos acima do peso rompem com o pacto do corpo perfeito, dos padrões de beleza e da saúde. Nesse caso mais específico, o enunciador também afirma que, ao romper tais pactos, os indivíduos gordos também quebram o pacto da honestidade e da produtividade, colocando a gordura como consequência da desonestidade de Flávio Dino e da preguiça dos quilombolas.

A ridicularização do peso de Dino, além de ter o papel de diminuir o valor do adversário e caracterizá-lo como uma pessoa de má índole, corrobora a imagem do próprio interlocutor como a de uma pessoa acessível e até mesmo engraçada, uma vez que tudo é falado em tom de brincadeira e piada. Por conseguinte, ao mesmo tempo que Bolsonaro ataca a imagem de seu adversário, também enaltece a sua

própria. Destarte, por meio de suas ofensas, o então presidente pratica um ataque à face positiva de seu desafeto político para favorecer a sua própria.

Ademais, ao destacar a pobreza do Maranhão, que, embora não seja mentira, vem de longa data e não pode ser colocada como responsabilidade apenas dos últimos governos, Jair Bolsonaro evoca o tão difundido estereótipo de que o Nordeste se resume a seca, pobreza e fome. Isso, muitas vezes, faz com que pessoas de diferentes regiões do país se esqueçam de outros aspectos econômicos, sociais e culturais da região.

Essa formação discursiva do Nordeste pobre e faminto tem, por base, o preconceito, uma vez que, tal qual afirmamos na seção 3, representa uma crença que persiste à racionalidade. Vale destacar que Bobbio (ano?) o subdivide em preconceito de nação e de classe. Nesse caso, verificamos ambos se entrelaçam, visto que o preconceito contra a região está ligado justamente à pobreza.

Vale salientar que o Nordeste foi a região em que o ex-presidente mais encontrou resistência, tendo sido derrotado em todos os estados tanto na eleição de 2018 quanto na de 2022. Logo, ao evocar essa memória discursiva em seu interlocutor — a de um Nordeste empobrecido —, o enunciador busca desprestigiar a região que não o acolhe, diminuindo sua importância econômica, ao mesmo tempo que, ao acusar o governador de se beneficiar da miséria do estado, busca tirar o prestígio de seu oponente e se isentar de qualquer responsabilidade que tenha, procurando, assim, conquistar eleitores nordestinos.

Além de atacar Flávio Dino, o enunciador menospreza a CPI da Covid, que ocorria no momento e buscava investigar a conduta do Governo Federal durante a pandemia. É lícito lembrar que, justamente nessa CPI, se apurou o fato de que Bolsonaro ignorou mais de cinquenta *e-mails* da Pfizer com propostas de vacinas. Ao falar que a CPI foi “armada no circo”, político retira a credibilidade dela, tratando-a como um mero espetáculo sem nenhuma seriedade ou veracidade.

Esse ataque fortalece o *ethos* do enunciador como vítima, que enfrenta tudo e todos, já que é atacado não apenas pela grande mídia brasileira, mas também pela classe política que dirige a CPI. Ambas são retratadas como injustas e vis, com o intuito de prejudicá-lo.

e) Trecho III

37:03

Vamos esquentar pro dia 7 aí, data máxima do Brasil comemoramos a nossa independência, uma pessoa sem independência, sem liberdade,

37:12

simplesmente deixa de existir, vamos trabalhar por isso ai. Ninguém precisa temer esse movimento, ninguém nunca

37:19

teve notícia de qualquer depredação de prédios, de tocar fogo em banco, de atirar

37:27

pedra na polícia militar, nunca , as pessoas vão com seus familiares, seus idosos, crianças.

37:35

e vão lá mostrar pra todos nós aqui em Brasília, sem exceção , o poder executivo, legislativos, judiciário, que eles

37:43

estão preocupados com o que está acontecendo no Brasil.

37:49

Hoje eu assisti na.. eu acho que foi na manhã ou á tarde, o ministro Fux do Supremo

37:55

Tribunal Federal dizendo algo parecido, que só ha democracia se tiver respeito à

38:02

Constituição dizendo algo parecido. Parabéns, Ministro é exatamente

38:08

isso que nós queremos, tá convidado a participar comigo do movimento, é isso que nós queremos, é respeito à Constituição, onde infelizmente em Brasília, uma ou outra pessoa não

38:15

está respeitando a expressão do artigo 5 da nossa Constituição

38:20

a liberdade de expressão é sagrada e que tem que ser respeitada, não pode como um de nós aqui em Brasília ou dois,

38:30

de repente, o que você está falando não é verdade,diz então você vai ser censurado pode acontecer

38:37

ou vai ser preso ou vai sofrer uma busca e apreensão isso não existe isso .

38:43

E o que o povo tá querendo? Nada mais do que respeitar a constituição como disse o ministro Fux

38:49

do Supremo Tribunal Federal, não justifica as pessoas presas , não justifica a prisão de uma pessoa

38:55

do TSE, né? Simplesmente desmonetizar página,

39:01

tem gente que vive daquilo, é igual a Barbara do “Te Atualizei”, ela sustenta a família dela com a sua página,

39:09

eu assisti vários, já assisti muitas é....intervenções dela, né? Fala muito bem, com humor, não ofende ninguém e se tivesse ofendendo alguém o caminho não é

39:21

desmonetização por parte de um do TSE, porque se ele tivesse autoridade... não ofendi ninguém e se tivesse ofendendo alguém o caminho não é

39:27

o pessoal do TRE's que são 27 pelo Brasil, também pode fazer a mesma coisa. Você pega um estado qualquer por exemplo Bahia, se tiver um cara simpático ao governador

39:34

vai começar a demonetizar parte que é contra o governador. Isso não pode acontecer e o que vai acontecer dia 7?

39:47

Tenha certeza, vai ser uma manifestação nunca vista no Brasil.

39:53

Todos nós nós temos que entender o que o povo tá querendo agora eu espero que uma ou duas pessoas

40:01

e todos nós temos que entender o que o povo tá querendo, agora eu espero que uma ou duas pessoas mude o seu comportamento depois desse movimento e se não mudar fica difícil a

40:07

convivência segundo disse o próprio ministro Fux, ou então o Supremo Tribunal

40:12

Federal por exemplo...por exemplo tem autoridade tem legitimidade pra apresentar uma acho

40:17

que nem tem né porque emenda a constituição encima de clausula pétrea não existe tem que ser uma nova Assembleia

40:24

Nacional Constituinte, tem certas coisas como uma.. a que é ou não é você tem

40:32

liberdade ou não tem eu vejo esta questão, de alguns preocupados , né?

40:37

Ofendeu a minha esposa tá ofendendo a minha família, mais do que a minha família ofenderam? o tempo todo.... o tempo

40:46

todo fake News, coisa, baixaria ,pessoal joga futebol com a minha cabeça por ai,

40:52

eu dou até risada, pô.;. é como apelido, vocês vão ficar ai, reagir fica pior ,

40:58

agora a liberdade não tem preço vale mais que a própria vida esse grande.

41:03

retrato que teremos não só em Brasília como na paulista. Na Paulista é

41:09

o mais importante retrato, porque a é lá a cidade mais populosa do Brasil e vem

41:15

gente do país todo pra lá, se essa foto não sensibilizar essa pessoa pelo amor de Deus

f) Análise do Trecho III

Há nesse trecho uma interessante movimentação de Bolsonaro quanto ao seu papel diante das manifestações, de forma a se colocar, muitas vezes, como líder do movimento, utilizando inclusive a primeira pessoa. Em outras ocasiões, o político trata o movimento como algo à parte, organizado livremente pelo povo e do qual ele é apenas observador, utilizando-se da terceira pessoa³.

Ao enunciar “vamos esquentar para o dia 7”, Bolsonaro utiliza-se da primeira pessoa do plural visando a convidar o interlocutor a não apenas participar do evento, mas utilizar os eventos anteriores da agenda do presidente como um “esquentar” para as manifestações. Dito de outro modo, utilizando seus próprios compromissos de presidente como impulso para as manifestações, nesse momento, o político se coloca não apenas como membro do movimento, mas também como seu líder, estando apto a fazer convites e a dedicar a sua agenda ao evento.

O termo “esquentar” utilizado pelo ex-presidente caracteriza-se, no Dicionário Informal, como “Palavra usada para designar uma pequena festa ou comemoração que é realizada antes de alguma atividade importante ou pré-marcada”. Novamente essa expressão revela o apreço do ex-presidente ao uso de gírias, construindo uma imagem semelhante à de um colega que chama o interlocutor para uma festa.

Ademais, a posição de Bolsonaro como líder e participante das manifestações também é confirmada em outros trechos, tais como no que ele coloca a própria fala do Ministro Fux como argumento da manifestação por meio da seguinte frase: “Parabéns, ministro é exatamente isso que nós queremos tá convidado a participar comigo do movimento”. Por meio dessa primeira pessoa, podemos observar que o enunciador se coloca como membro do movimento e também se vê apto a dizer os seus objetivos.

Também chama a atenção que, ao usar a fala de um ministro para justificar uma manifestação cujo principal alvo são as decisões da Suprema Corte, o então presidente procura não apenas se respaldar com um argumento de autoridade mas também colocar a palavra de um ministro contra a decisão de outro. Desse modo, busca instaurar um clima de inimizade e tensão entre eles.

³ Os efeitos de sentido causados pelo uso de outra pessoa do discurso foram estudados por Bini (2023), que a considerou um recurso linguístico utilizado pelo enunciador com propósitos argumentativos, dependendo de sua intencionalidade e levando em consideração o seu contexto e audiência.

Além disso, ao falar que o movimento busca apenas o cumprimento da Constituição, o enunciador constrói um *ethos* de guardião dela, capaz de interpretá-la da forma mais pura possível e defendê-la contra agressões vindas do Supremo Tribunal Federal, que deveria ser seu defensor, porém se tornou seu algoz.

Em contrapartida, há momentos em que Bolsonaro parece se retirar da posição de líder e participante do movimento, colocando o seu lugar como pertencente ao da classe política, que apenas deve ouvir o que um movimento, vindo de forma espontânea, pretende dizer. Essa posição se evidencia em falas como “e todos nós temos que entender o que o povo tá querendo”, que constroem a ideia de que Jair Bolsonaro pouco teria a ver com o que estava sendo proposto e que a proposta teria se originado não apenas na sua base de seguidores, e sim na totalidade dos cidadãos brasileiros, contemplados inclusive em sua diversidade.

Outro trecho que evidencia isso, mas de forma mais emblemática e ambígua, é: “e o que o povo tá querendo? Nada mais do que respeitar a constituição como disse o ministro Fux do supremo tribunal federal”. Nele, observamos que o enunciador faz um movimento ambíguo, pois, ao mesmo tempo que coloca as pautas do movimento na terceira pessoa — como se elas fossem de interesse único do povo, alheio aos seus —, também se coloca como capaz de explicar exatamente aquilo que é desejado, porta-voz de um movimento que não é seu, mas do povo.

Essa mudança constante entre primeira e terceira pessoa confere ao enunciador uma posição interessante. Isso porque, à medida que cria um elo de proximidade e cumplicidade com os manifestantes ao utilizar a primeira pessoa, retira qualquer responsabilidade de si por meio da terceira pessoa.

O político igualmente minimiza as ofensas sofridas pelos ministros STF por parte de seus seguidores, que inclusive teriam sido repreendidos em virtude delas, ao compará-las às que sofreu, de modo que se, para ele, as ofensas não são tema de preocupação, também não o deveriam ser para outrem. Essa afirmação reafirma o *ethos* de vítima de Bolsonaro, uma vez que ele se coloca novamente como alvo das piores ofensas, mentiras e ameaças produzidas e, ainda assim, como alguém que as tolera em nome da liberdade de expressão.

O trecho também evidencia aquilo que mencionamos anteriormente acerca do embate de formações discursivas em relação à liberdade de expressão no discurso do enunciador, já que, se previamente ele atacou a liberdade da imprensa quando se

viu vítima de críticas, agora minimiza as ações de seus seguidores em nome de uma liberdade de opinião ilimitada.

Dessa forma, identificamos mais dois aspectos da construção do *ethos* do enunciador. Inicialmente, como porta-voz da vontade do povo brasileiro, já que ele identifica o movimento do qual participa como um movimento do povo; posteriormente, como defensor e mártir da Constituição Brasileira e da liberdade de expressão, a qual vem sendo atacada pelos outros poderes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, propomo-nos a analisar as marcas de violência presentes no discurso do ex-presidente Jair Bolsonaro, mais precisamente em suas *lives* semanais, sob o viés da análise do discurso de linha francesa. Para tanto, valemo-nos sobretudo de autores como Bakhtin (ano?), Maingueneau (ano?) e Althusser (ano?).

Em linhas gerais, consideramos o conceito de discurso de Maingueneau (ano?), compreendido como algo que vai além da frase e pode ser considerado uma forma de ação. Ademais, é sempre orientado, interativo, contextualizado, assumido por um sujeito, regido por normas e considerado no bojo de um interdiscurso.

Ao analisarmos trechos de três transmissões do então presidente, foi possível constatar que, no *corpus* estudado, os maiores alvos do discurso de violência foram a imprensa, a CPI da Covid, os ministros do STF e outros políticos. Entre eles, destacam-se o ex-ministro da saúde, Luís Henrique Mandetta, e o então governador do Maranhão, Flávio Dino.

As marcas de violência do discurso do enunciador e o seu modo de governar se manifestam prioritariamente como um modo de defesa a críticas a seu governo, caracterizando-se especialmente por uma incisiva desqualificação do outro, ao questionar o seu caráter e torná-lo alvo de escárnio. Dessa forma, todo aquele que se coloca contra as suas ações tem sua credibilidade questionada.

A situação se torna mais evidente ao se referir à imprensa, pois, ao colocá-la como uma perseguidora, busca criar uma completa ruptura na credibilidade que seus eleitores podem depositar nela. Logo, toda e qualquer crítica direcionada a seu governo torna-se inválida, ao mesmo tempo que torna sua palavra a única fonte de informação fidedigna, fazendo com que suas ações passem a ser inquestionáveis.

Do mesmo modo, chamou-nos a atenção o uso, por parte do enunciador, de metáforas que fazem referência à violência para descrever as críticas recebidas de seus opositores. Evidencia-se, assim, que as críticas a ele direcionadas têm caráter violento e o colocam no papel de vítima.

Nessa situação, há uma posição dúbia, pois muitas dessas críticas são justamente acusações acerca da violência promovida por Bolsonaro, minimizadas pelo então presidente que, por sua vez, mostra que o conceito de violência, presente em sua formação discursiva, abarca tão somente os atos de violência e ignora os estados de violência. Com essa movimentação, o enunciador não apenas nega que

seja autor de violência, mas inverte os papéis, colocando os que o acusam como algozes e a si mesmo como vítima

No discurso do político em tela, também verificamos a presença de termos que incitam a intolerância contra grupos minoritários, descritos a partir de uma formação discursiva que os vê de forma estigmatizada e inferiorizada. Exemplo disso é a forma como Bolsonaro fala dos povos indígenas, que apresenta a forte presença de uma formação discursiva ligada à eugenia, evocando a imagem dessa etnia como a de um povo homogêneo e primitivo, que ainda não chegou no mesmo patamar evolutivo de outros seres humanos.

Vale ressaltar que a intolerância presente em seu discurso se manifesta de formas distintas e com objetivos diversos, sendo evocada, algumas vezes, para atacar e menosprezar seus desafetos políticos e, em outras ocasiões, a fim de respaldar suas políticas públicas. Sendo assim, enquanto a intolerância contra indígenas justifica a sua recusa em legalizar suas terras e a incentivar a exploração de recursos naturais, em outras ocasiões, ela é evocada para apenas diminuir os seus críticos, como aconteceu no trecho em que se utiliza do peso de Flávio Dino como prova de sua falta de caráter.

Ao analisarmos o *ethos* construído pelo enunciador, pudemos verificar que ele procura se mostrar como um homem simples, capaz de conversar com seu eleitor de forma próxima e fugindo da formalidade do cargo que representa. Ademais, seu *ethos* é construído por meio de um contraste de figuras antagônicas, mostrando-se como uma frágil vítima perseguida pelo sistema e, ao mesmo tempo, como um herói viril, capaz de enfrentá-lo para defender os direitos e interesses do povo brasileiro.

Por fim, faz-se necessário frisar que o presente trabalho está longe de encerrar o assunto, sendo os discursos de Bolsonaro e também de seus seguidores um terreno fértil para o estudo discursivo, uma vez que rompem com o que foi estabelecido como discurso presidencial, tanto ao tentar se aproximar de seu eleitor quanto por seu estado permanente de conflito. Além disso, o seu governo foi capaz de trazer à tona grandes embates ideológicos e despertar sentimentos antagônicos sobre si em grande parcela da população, tornando-se, portanto, um dos momentos políticos mais conflituosos desde a redemocratização e proporcionando um material riquíssimo para uma gama de diferentes análises das mais diversas áreas e abordagens, sem as quais não seria possível compreender a dimensão desse momento histórico.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, S.; GAYER, E. Bolsonaro quer fim da obrigatoriedade de máscaras: Presidente voltou a mentir sobre eficácia das vacinas e fazer ataques a CoronaVac. **Terra**, 23 ago. 2021.
Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/coronavirus/bolsonaro-quer-fim-da-obrigatoriedade-de-mascaras,78a01a75064130d3a9cf6b311697dc10o1n72qrg.html>. Acesso em: 28 nov. 2022.
- ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de Estado**. Tradução: Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. 2 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- ANDRADE, Tainá. Relatório da Fenaj aponta Bolsonaro como o principal agressor de jornalistas. **Correio Braziliense**. 2022. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2022/01/4980657-relatorio-da-fenaj-aponta-bolsonaro-como-principal-agressor-de-jornalistas.html>. Acesso em: 26 jan. 2023.
- BAKHTIN, M (V.N. VOLOCHINOV). **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Tradução de Sheila Grillo e Ekaterina Vókova. São Paulo: Editora 34, 2018.
- BARRETTO FILHO, H. T. **Bolsonaro, Meio Ambiente, Povos e Terras Indígenas e de Comunidades Tradicionais**: uma visada a partir da Amazônia. Cadernos de Campo (São Paulo – 1991), v. 29, n. 2, p. e178663.
- BARROS, D. L. P. de. Estudos discursivos da intolerância: o ator da enunciação excessivo. Cadernos de Estudos Linguísticos, Campinas, SP, v. 58, n. 1, p.7–24,2016.
- BASTOS, Neusa Barbosa; CASAGRANDE, Nancy dos Santos, Análise do Discurso: pressupostos teóricos em foco. *In*. **A análise do discurso**: perspectivas em distintos campos discursivos. 1 ed. São Paulo: Líquido Editorial, 2021.
- BENETTI, Márcia. A ironia como estratégia discursiva da revista Veja. **Líbero**, n. 20, p. 37-46, 2016.
- BERGAMASCHI, Maria Aparecida; SILVA, Rosa Helena Dias da. Educação escolar indígena no Brasil: da escola para índios às escolas indígenas. **Ágora**. Santa Cruz do Sul. Vol. 13, n. 1 (jan./jun. 2007), p. 124-150, 2007.
- BINI, Renan Paulo. **Eu (e nós) proteano**: funções retóricas da primeira pessoa do discurso e a construção de ethos em dossiês das revistas Cult e Nova Águia. 2023.
- BOBBIO, Norberto. **Elogio da serenidade e outros escritos morais**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

BOLSANELLO, Maria Augusta. Darwinismo social, eugenia e racismo “científico”: sua repercussão na sociedade e na educação brasileira. **Educ. Rev.**, n.12, p.153-165, 1996.

BOLSONARO, J.M. “Live” da semana com Presidente Jair Bolsonaro e Ministro Tarcísio (Infraestrutura) – 23/01/2020. **YouTube**, 24 jan. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dN7247s2wg0>. Acesso em: 28 nov. 2022.

BUENO, A. M. **Intolerância, preconceito e exclusão**. in: Lara, G. P. e Limberti, R. P. (organização). Discurso e (des)igualdade social. São Paulo: Contexto, 2014, p.61-78.

CADA vez mais o índio é um ser humano igual a nós: diz Bolsonaro em transmissão nas redes sociais. **G1**, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/01/24/cada-vez-mais-o-indio-e-um-ser-humano-igual-a-nos-diz-bolsonaro-em-transmissao-nas-redes-sociais.ghtml>. Acesso em: 28 nov 2022.

CAMURÇA, Marcelo Ayres. Um poder evangélico no Estado brasileiro? Mobilização eleitoral, atuação parlamentar e presença no governo Bolsonaro. **Revista Nupem**, v. 12, n. 25, p. 82-104, 2020.

CARTA CAPITAL. “Lobos devoradores” e o cristofascismo no Brasil. **Carta Capital**, 17 out. 2018. Disponível em: <http://bit.ly/2tdiCFq>. Acesso em: 27 nov 2022.

CARTA CAPITAL. Renan compila 200 frases negacionistas de Bolsonaro para a CPI: “Todas me assustam”. **Carta Capital**, 3 mai. 2021. Acesso em: 28 nov. 2022.

CHADE, Jamil. Carta da ONU sobe o tom e denuncia crimes de Bolsonaro contra indígenas. **Uol**, 23 mar. 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2022/03/23/onu-denuncia-ataques-de-bolsonaro-aos-indigenas-e-cita-violacao-de-tratados.htm>. Acesso em: 28 nov 2022.

CRUZ, Jéssica Dametta **Ideologia, história e relações discursivas**: uma análise do discurso de posse presidencial de Jair Bolsonaro. 2020. 88 p. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2020.

CPI da Covid: veja as principais conclusões do relatório final. **G1**. 20 out. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/cpi-da-covid/noticia/2021/10/20/cpi-da-covid-veja-as-principais-conclusoes-do-relatorio-final.ghtml>. Acesso em: 28 nov 2022.

ECO, Humberto, **Migração e intolerância**, Tradução: Eliana Aguiar e Alessandra Borruquer, 1 ed, Rio de Janeiro, Record, 2020.

FENAJ. **Violência Contra Jornalistas e Liberdade de Imprensa no Brasil**: Relatório 2020. Federação Nacional dos Jornalistas FENAJ, jan. 2021. Disponível em: https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2021/01/100ichaelis_fenaj_2020.pdf. Acesso em: 26 jan. 2023.

FIORIN, José Luíz, **Linguagem e Ideologia**, 6. ed, São Paulo, Editora Ática, 1998.

JAIR Bolsonaro leva facada em ato de campanha em Juíz de Fora. **G1**, 2018, Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2018/09/06/ato-de-campanha-de-bolsonaro-em-juiz-de-fora-e-interrompido-com-tumulto.ghtml> Acesso em: 28 nov 2022.bj

INDÍGENA. *In: Manual de Comunicação da Secom*. Brasília, DF: Senado Federal. 2012.

Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/manualdecomunicacao/esti101ichandio#:~:text=Para%20designa%20o%20indiv%C3%Aduo%2C%20prefira,a%20diversidade%20de%20cada%20povo..> Acesso em: 28 nov. 2022.

JAIR BOLSONARO. "Live" da semana com Presidente Jair Bolsonaro e Ministro Tarcísio (Infraestrutura) - 23/01/2020. **YouTube**, 24 jan. 2020. 1 vídeo (19 min 36 sec). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dN7247s2wg0>. Acesso em: 17 julho. 2023

KARNAL, Leandro, **A detração**. 1 ed. São Leopoldo, Ed Unissinos, 2016.

MADEIRO, Carlos. Dia mais letal da pandemia no país em 2021 teve mais mortes que dezembro. **UOL**, 17 jan. 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com/101ichaaude/ultimas-notic101ichaelacao/2022/01/17/dia-mais-lethal-da-pandemia-no-pais-teve-mais-mortes-que-dezembro-de-2021.htmko>. Acesso em: 28 nov 2022.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. Tradução: Maria Cecília Souza e Silva e Décio Rocha. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2013.

MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso e análise do discurso**. Tradução: Sírio Possenti . 1 ed. São Paulo, Parábola Editorial, 2015.

MAINGUENEAU, Dominique. **A propósito do ethos**. Ethos discursivo. São Paulo, Contexto, p. 11-29, 2008.

MAITINO, M. E. (2018). "Direita, sem vergonha": conformações no campo da direita no Brasil a partir do discurso de Jair Bolsonaro. **Plural**, 25, 2018, p. 111-134. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcs0.2018.149018>. Acesso em: 28 nov. 2022.

MANSO, Bruno Paes. **A República das milícias**: dos esquadrões da morte à era Bolsonaro. 1.ed. São Paulo: Todavia, 2020.

MOTTA, Anais. Mandetta, Teich, Pazuello e Queiroga: os 4 ministros da Saúde da pandemia. **Uol**, São Paulo, 15 mar. 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com/101ichaaude/ultimas-notic101ichaelacao/2021/03/15/mandetta-teich-pazuello-e-queiroga-os-4-ministros-da-saude-da-pandemia.htm>. Acesso em: 28 nov. 2022.

MELLO, Patrícia Campos. **A máquina do ódio**: notas de um repórter sobre fake news e violência digital. 1.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

MICHAUD, Y. **A violência**. Tradução de Garcia. São Paulo: Ática, 1989.

ODALIA, Nilo. **O que é violência**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2017.

OS PINGOS NOS ÍS. Íntegra da live de Jair Bolsonaro de 06/05/21. **YouTube**, 6 mai. 2021.1 vídeo (44 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=drb9VS7S_hk. Acesso em: 28 nov. 2022.

OS PINGOS NOS ÍS. Íntegra da live de Jair Bolsonaro de 02/09/21. **YouTube**, 2 set. 2021. 1 vídeo (1h 4 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WwNFQqyl3ZY>. Acesso em: 28 nov. 2022.

PESQUISA Datafolha: Lula, 39%; Bolsonaro, 19%; Marina, 8%; Alckmin, 6%; Ciro, 5%. **G1**, 22 ago. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/polit102ichaelicoes/2102ichaelicao-em-numeros/noticia/2018/08/22/pesquisa-datafolha-lula-39-bolsonaro-19-marina-8-alckmin-6-ciro-5.ghtml>. Acesso em: 5 set. 2022.

PORRADA. *In*: **Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. Editora Melhoramentos, 2023. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/busca?id=Pqxx9>. Acesso em: 28 nov. 2022.

PRETI, Dino. **A gíria na língua falada e na escrita**: uma longa história de preconceito social. Fala e Escrita em Questão. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 2000.

PROGRAMA CQC. O Povo Quer Saber com Jair Bolsonaro. **YouTube**. 29 mar. 2011. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=Z4CoY_82LAQ. Acesso em: 28 nov. 2022.

REPRESENTANTE da Pfizer confirma: governo não respondeu ofertas feitas em agosto de 2020. **Senado Notícias**, 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/notic102ichaelirias/2021/05/13/representante-da-pfizer-confirma-govecom-nao-respondeu-ofertas-feitas-em-agosto-de-2020>. Acesso em: 28 nov. 2022.

REPUBLIQUETA. *In*: **Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. Editora Melhoramentos, 2023. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/buscar=0&f=0&t=0&palavra=republiqueta+>. Acesso em: 28 nov. 2022.

RODRIGUES, Kelen. O Ethos Discursivo: uma análise por meio de seus traços na personagem Lord Henry no romance *The Picture of Dorian Gray*, de Oscar Wilde. **Recomta (Con) Textos Linguísticos**, v. 8, n. 10, p. 139-158, 2014.

SANTOS, N. Fontes de informação nas redes pró e contra o discurso de Bolsonaro sobre o Coronavírus. **E-Compós**, 24, 2021. Disponível em: <https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/2210/2024>. Acesso em: 28 nov. 2022.

SILVA, Jonathan Chasko da; ARAÚJO, Alcemar Dionet de. A metodologia de pesquisa em análise do discurso. **Grau Zero** — Revista de Crítica Cultural, v. 5, n. 1, 2017. p. 17-32.